

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

14 DE ABRIL DE 2010

23.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. ENG.º MÁRIO LINO, EX-MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

Oradores:

Pedro Filipe Soares (BE)

Ramos Preto (PS)

Jorge Costa (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Miguel Tiago (PCP)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum de funcionamento, pelo que vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 21 minutos.

Srs. Deputados, vamos dar início à primeira das duas audições que estão marcadas para hoje, que é o último dia de audições desta Comissão de Inquérito — temos mais trabalho, mas estas são as últimas audições —, que são repetição, porque quer o Eng.º Mário Lino quer o Presidente da Fundação já estiveram na Comissão de Inquérito.

Antes de iniciarmos a audição propriamente dita, já que todos vimos de uma maratona de 7 horas ininterruptas de audição, como a que ontem aconteceu, quero, naturalmente, dizer aos Srs. Deputados, sem alteração de qualquer regra que hoje temos de tentar ser eficazes e eficientes.

Quando há repetição de julgamento, o que foi feito no julgamento anterior não conta para o segundo julgamento. Este não é o caso, já foram prestadas informações quer pelo Sr. Eng.º Mário Lino quer pelo Sr. Dr. Mário Franco aqui, na Comissão de Inquérito, e, portanto, julgo que é adequado fazer um apelo a todos os Srs. Deputados no sentido de se ir directamente aos assuntos que interessam nestas segundas audições, para se tentar, em tempo útil e com eficiência, fazer o trabalho que temos de fazer, sem, evidentemente, prejuízo dos esclarecimentos que se pretendam ainda obter.

Esta audição, seguindo as regras que temos adoptado desde o início, é iniciada pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, a quem dou de imediato a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, começo por dizer que, por parte do Bloco de Esquerda, obviamente, tudo faremos para que os

trabalhos decorram de forma célere, mas também profícua, e por cumprimentar o Sr. Eng.º Mário Lino por aqui estar pela segunda vez para podermos aprofundar algumas das matérias que ficaram por esclarecer na audição anterior e também esclarecer outras, tendo por base as informações dadas previamente e agora cruzadas com novos dados, por forma a se poder chegar mais adiante.

Vou iniciar o rol de perguntas com apresentação de um vídeo, que permite que possamos, em vários momentos, perceber o que se passou com o processo do computador *Magalhães*, o processo do e.escolinha.

O vídeo tem quatro partes: a primeira parte refere-se à apresentação do *Magalhães* em si e à assinatura do acordo de princípios dos operadores com o e.escolinha, onde poderemos ver quer o Primeiro-Ministro José Sócrates, quer o Eng.º Mário Lino, com a ex-Ministra da Educação a assinarem os protocolos, quer os próprios operadores a assinarem o acordo de princípios, e tudo feito sob o «olhar atento» do *Magalhães* que, na mesma mesa, se encontrava no pedestal.

O segundo momento do vídeo é sobre a distribuição de computadores, no dia 23 de Setembro de 2008, distribuição feita ao abrigo daqueles 3000 computadores que foram distribuídos na fase inicial, os tais que, agora, já sabemos que não tinham sequer as características de *software* indicadas inicialmente, mas que, por motivos de agenda mediática, foram distribuídos. Chamo a atenção para um ponto importante que existe nesse momento: segundo a indicação de José Sócrates, o 5.º e o 6.º anos, juntamente com o 1.º ao 4.º anos, eram os que não tinham nenhum tipo de programa e é neste dia, neste momento, que é anunciado um programa para os 5.º e 6.º anos, que, no fundo, é opção de escolha entre o *Magalhães* ou o restante Programa e.escola. Por isso, percebemos que aquela lógica que nos tinha sido dita, de que só faltava o 1.º ciclo para toda a abrangência do Programa e.escola, não é verdade, porque só nessa data, só em Setembro de

2008, é que os 5.º e 6.º anos também foram indicados. Isto está no vídeo e poderemos ver José Sócrates a falar sobre o assunto.

Terminaremos com vídeos oficiais do Plano Tecnológico que indicam como é processado o Programa e.escolinha e que explicam aos pais como é que poderão ter os filhos a aceder.

Neste primeiro rol, temos também a explicação do que é a iniciativa Magalhães. Como foi dito ontem pelo Dr. Paulo Campos, a iniciativa Magalhães visava a produção do computador *Magalhães* em Portugal, facilitar a ligação da Intel à JP Sá Couto cá, em Portugal. E isto mostra-nos, e, no fundo, também está explicado por partes do vídeo do Plano Tecnológico, o que é a iniciativa Magalhães.

Uma última nota antes de dar início ao vídeo para dizer que o conjunto de imagens é retirado ou de *sites* de informação ou do próprio *site* de vídeos do Plano Tecnológico, por isso são fontes verificáveis na *internet*. Não há qualquer adulteração, a não ser a sua montagem para uma sequência lógica para uma apresentação nesta Comissão.

Passo à apresentação do vídeo em si.

Neste momento, iniciou-se a projecção do filme.

As primeiras imagens — e retirei o som, a grande parte delas, para não termos de ouvir música desnecessária — mostra-nos o símbolo, que perpassa todas as apresentações do *Magalhães* e que está também naquele que foi o convite enviado pelo Ministério das Obras Públicas para apresentação do *Magalhães*.

Temos a imagem do palco, o palco em si; temos o *Magalhães* no pedestal a ser descerrado da sua caixa e a ser apresentado ao mundo. Este é o momento do «Dia de São *Magalhães*», como foi baptizado por outro Deputado. Vemos aqui o palco com a sua imagem de fundo. Veremos, a

seguir, o momento das assinaturas dos vários acordos, dos vários protocolos, dos vários memorandos, feitas pelos intervenientes. O Craig Barrett, Chairman da Intel, também falou neste palco, juntamente com José Sócrates, que também fez uma pequena apresentação. José Sócrates, ouviremos mais à frente.

Percebemos perfeitamente que os dois sabiam que o que estavam a assinar era relativo ao *Magalhães*, e vemos aqui os operadores a assinarem, juntamente, na mesa do *Magalhães*, o acordo para criação do e.escolinha, curiosa coincidência.

O que é a iniciativa *Magalhães*? Dito pelo Plano Tecnológico (estes são excertos do vídeo do Plano Tecnológico), «a iniciativa *Magalhães* resulta de um memorando entre a Intel e o Governo» e que (segundo foi dito pelo Dr. Paulo Campos) «visava a construção do computador *Magalhães*». Mas diz-nos mais: diz-nos que visa a distribuição de 500 000 computadores a crianças do 1.º ciclo. Por isso, neste dia 30 já se pretendia que a Intel fizesse a distribuição de computadores pelo 1.º ciclo. Era isto que a iniciativa *Magalhães* pretendia.

O que é que foi dito na altura (e agora deixo-vos com as palavras de José Sócrates numa primeira fase, em frente ao computador.): «Estive a ler tudo sobre este computador nos últimos dias e sei que ele foi concebido, desenhado para resistir melhor ao choque, para resistir aos líquidos, isto é, para que fosse adoptado pelas crianças.»

Craig Barrett, Chairman da Intel, traduzido para português: «(...) viver hoje o conceito deste computador *Magalhães*, que irá proporcionar 500 000 unidades a todos os jovens entre os 6 e os 11 anos, em Portugal (...).»

Agora, João Paulo Sá Couto, no *Jornal das 2*, do mesmo dia da SIC Notícias: «João Paulo Sá Couto é agora convidado do *Jornal das 2*. Muito boa tarde. Bem-vindo.»

João Paulo Sá Couto: «Muito boa tarde.»

A jornalista: «Destina-se a todas as crianças? Quem são elas?»

João Paulo Sá Couto: «Muito boa tarde. Hoje, foi lançado o Programa e.escolinha, em que todas as crianças terão acesso a este computador, mediante o pagamento, ou não, de uma verba para ter este computador. Mediante a sua situação económica, com certeza que uns não irão pagar nada e outros pagarão uma verba que o Sr. Primeiro-Ministro hoje anunciou.»

Passamos, então, agora para as imagens da distribuição de computadores, no dia 23 de Setembro, onde percebemos também que toda a equipa ministerial foi envolvida na acção de promoção da iniciativa. Vemos o Ministro Mário Lino, o Secretário de Estado Paulo Campos, e é nesta fase (e chamo a atenção para um pormenor importante) que, a seguir, vai aparecer o Primeiro-Ministro José Sócrates a falar e, por detrás, teremos o símbolo do e-escolinha, mas também o símbolo do *Magalhães*, pelo que percebemos que um e outro são a mesma coisa. Até nesta apresentação isto foi bem visível.

José Sócrates vai explicar-nos as possibilidades que os alunos do 5.º e do 6.º anos agora também poderão ter: «Agora os alunos do 5.º e do 6.º anos, as famílias, poderão optar ou por aderir ao e.escola, nas mesmas circunstâncias e condições de todos os outros, ou, então, aderindo ao e.escola, escolher o computador *Magalhães* e neste caso não terão de pagar nada, enquanto que para o outro computador terão de pagar os 150 € que as famílias já conhecem.»

Passo agora aos vídeos oficiais do Plano Tecnológico, cortei algumas imagens, mas foi apenas para não ser maçador. Mas são os vídeos oficiais do Plano Tecnológico, e chamo a atenção para o pormenor da mensagem que é dada.

Aqui, novamente o e.escolinha com o *Magalhães*: «O e.escolinha é

um novo desafio para Portugal. É um projecto inovador que tem como objectivo antecipar para milhares de crianças o acesso às tecnologias de informação. O e.escolinha permite a aquisição de um computador portátil a todas as crianças do 1.º ciclo do ensino básico.

Todas as crianças do 1.º ao 4.º ano, cerca de 500 000 alunos, passam a ter acesso ao *Magalhães* por 0 €, 20 € ou 50 €, dependendo do seu escalão na acção social escolar.»

Chamo a atenção para o facto de este vídeo ser do dia 23 de Setembro de 2008! Toda a informação aqui indicada é informação anterior à decisão das operadoras sobre qual o computador a indicar no Programa e.escolinha. Por isso, percebemos que só o Governo é que parece não ter percebido que o *Magalhães* era para o e.escolinha e que o e.escolinha era para o *Magalhães*. A JP Sá Couto disse-nos isto, os operadores disseram-nos que não tinham alternativa, porque só o *Magalhães* é que cumpria com as características. Assinaram o acordo de princípios, «testemunhado» pelo *Magalhães* daquele pedestal, e eu faço o resumo dos factos, e isto são factos, e acho que até o Partido Socialista concordará com isto: o Ministério das Obras Públicas convidou as entidades para a apresentação do *Magalhães*, inclusive alugou a sala, tendo depois sido paga pela Youtsu, mas desenvolveu os esforços para alugar a sala; o Craig Barrett, Chairman da Intel, falou na distribuição de 500 000 *Magalhães* em Portugal; João Paulo Sá Couto falou da distribuição de *Magalhães* no e.escolinha; José Sócrates falou no acesso ao *Magalhães* às crianças do 1.º ciclo, do 1.º ao 4.º anos, e as do 5.º e do 6.º anos poderiam escolher entre o *Magalhães*, que era o e.escolinha, ou o e.escola, que eram todos os outros computadores; mas só o *Magalhães* é que foi distribuído!

Isto são factos, acho que são indesmentíveis, pelo que já vimos aqui, e estaremos todos de acordo com eles.

Por isso, passando à parte das perguntas, pelo pouco tempo que me

resta, gostava de perceber que informações é que tem para nos dar sobre isto, porque o que nos disse no passado não bate certo com esta informação. Primeiro, disse-nos que o acordo que foi celebrado com a Intel nada tinha a ver com o *Magalhães* — mentira! Ou, pelo menos, não é verdade! O que nos foi dito pelo Dr. Paulo Campos foi que era para o *Magalhães*, foi assinado um acordo com a Intel para o *Magalhães*. A iniciativa Magalhães era para o computador *Magalhães*, foi-nos dito pelo Dr. Paulo Campos.

Vimos aqui que o Chairman da Intel sabia que era para o *Magalhães*! E o próprio João Paulo Sá Couto sabia que o e.escolinha era para o *Magalhães*!

Pergunto: qual é a explicação que nos dá para este motivo? No fundo, o que é que mudou?

Agora sabemos que a existência do e.escolinha no formato que aconteceu não foi devido às contrapartidas das operadoras, porque as contrapartidas foram muito pouco executadas, e, na altura, duas das quatro operadoras nem sequer tinham quaisquer contrapartidas para dar, a Vodafone e a ZON, e que as condições do passado são as mesmas do presente. Por isso, se agora se partiu para o concurso público, por que é que, no passado, não fez isso, quando os próprios operadores nos disseram aqui que se sentiram intermediários no processo de aquisição do *Magalhães*?

Passo à última pergunta que, a meu ver, é fundamental no esclarecimento de todo este processo. No fundo, disse-nos que não foi o Governo que tomou a iniciativa de criação da Fundação; tivemos os operadores aqui a dizerem-nos o contrário. Pergunto-lhe: desmente isto? Devemos mandar para o Ministério Público as indicações dos operadores e acusá-los de perjúrio? Como é que ficamos? Os operadores disseram, taxativamente, nesta Comissão de Inquérito (está nas actas) que foi o

Governo que deu início ao processo de criação da Fundação e o Sr. Engenheiro disse-nos aqui o contrário!

São estas as perguntas, nesta primeira fase.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino** (ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações): — Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez estou aqui, como estarei as vezes que forem necessárias para esta matéria ou outra.

Não quero deixar — aliás, já disse aqui numa reunião, na última vez que estive cá — de chamar a atenção de que, para mim, e todos nós vamos tirar conclusões, há uma conclusão que posso tirar destas audições: se o Governo não tivesse feito nada sobre esta matéria, ou seja, se tivesse feito o que fizeram os governos anteriores, se não tivesse ido lá buscar e posto à disposição do Estado, do País, os 25 milhões de euros que o Ministro Carlos Tavares tinha decidido que era preciso pagar pelas licenças, se não tivesse usado para um fim importante, com resultados absolutamente sensacionais, apreciados em todo o mundo e em Portugal — e foram 1 300 000 as famílias beneficiadas com este programa! —, se não tivesse feito nada disto, eu não tinha vindo à Comissão de Inquérito responder a nada e os Srs. Deputados ter-se-iam livrado de uma maçada, de estarem nestas Comissões, até com reuniões de 6 e 7 horas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A essa conclusão já tinha chegado na sua audição anterior! Na audição anterior já tinha dito a mesma coisa!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Desculpe, Sr. Deputado, deixe-me acabar. Eu não o interrompi.

Sr. Deputado, o que é preciso é dar o sinal que esta Comissão está a dar: Atenção, Srs. Governantes! Não se metam a fazer muitas coisas, porque senão há umas comissões de inquérito! Se não fizerem, os Srs. Deputados desta Comissão de Inquérito não sentem necessidade de chamar cá os governantes para perguntar por que é que não fazem mas, sim, por que é que fizeram!

Vou responder às seis perguntas que o Sr. Deputado colocou.

Sr. Deputado, uma vez que apresentou um *PowerPoint*, era bom que tivesse incluído as «imagenzinhas» onde estou a dizer que a Intel nada tem a ver com o *Magalhães*. Podia ter posto isto, já que diz que eu disse. Eu disse que o contrato com a Intel nada tinha a ver com o *Magalhães*?! Não! Posso ter dito que a Intel nada tinha a ver com Programa e.escolinha. O Sr. Deputado é que baralha o e.escolinha com o *Magalhães*.

A Intel tem a ver com o *Magalhães*, como tem a ver com qualquer outro computador que a Intel...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Desculpe, está na acta. O Sr. Engenheiro disse, na Comissão, numa fase inicial, que nenhum contrato tinha o nome de *Magalhães*. Depois, foi desmentido pelo contrato que foi assinado na Comissão e disse: «Ah! Mas isso tinha a ver com...»

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não há nenhum contrato que fale do computador *Magalhães* com a Intel.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A iniciativa *Magalhães* da Intel...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ah! A iniciativa Magalhães!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... que o Dr. Paulo Campos disse que era para o *Magalhães*.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Assim, não é possível.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à mesa.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está escrito o que é a iniciativa Magalhães. Não fala em computadores, é para apoiar o desenvolvimento da necessidade da tecnologia em Portugal.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, não estou disponível para continuar numa inquirição destas.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O nome foi lançado e que a JP Sá Couto resolveu aproveitar, até porque se o nome foi apropriado por alguém foi pelo povo português. O *Magalhães* passou a ser o computador para crianças, como o *Frigidaire* era o frigorífico ou a *Colgate* é a pasta de dentes. Enfim, há marcas que adquirem uma aceitação generalizada. Foi o que sucedeu com o *Magalhães*.

Já ontem lhe foi explicado e o Sr. Deputado não tem forma de fugir a isto: não há nenhuma característica definida para o Programa e escolinha que conduza ao *Magalhães*. Conduz ao *Magalhães* e a mais oito ou nove computadores.

Há o preço, pergunto: o Sr. Deputado queria que tivéssemos posto o preço mais alto para aparecerem com outros computadores fabricados no

estrangeiro?! Dava-lhe satisfação?! Não tinha de vir aqui explicar à Comissão de Inquérito?! Não! Fizemos o preço que pensámos que era possível atingir, e foi, por isso foi esse que foi vendido, e bem!

Com prazos rápidos de entrega — ótimo! É disto que o País precisa, de prazos rápidos de entrega. Se não houve mais, para este programa específico, para esta componente do Programa e.escola — o chamado e.escolinha, do 1.º ao 4.º anos —, foi porque os produtores alternativos consideraram que não era vantajoso ou tiveram uma estratégia diferente, não quiseram arriscar com uma baixa de preços.

No entanto, como já foi dito várias vezes, Sr. Deputado, fizemos uma apresentação. Não percebi, quando o Sr. Deputado estava a apresentar aquele vídeo, se era elogioso. Penso que seria normal, em qualquer país do mundo, o Sr. Deputado dizer: «Reparem bem o que o Governo fez, é uma coisa excelente! Há um computador português, há uma empresa portuguesa que quer montar um computador e o Governo associa-se. É um grande computador! Muito bom para o País e para o estrangeiro, que se candidata a vender o computador para os meninos da instrução primária.» Depois, aparece o Programa e.escolinha que «cola» com muitos computadores e, entre eles, com o *Magalhães*, coisa que nos dá muita satisfação.

Eu acho que isto é motivo de satisfação. Eu estou muito satisfeito, porque, primeiro, temos um computador feito em Portugal; segundo, desenvolvemos as tecnologias e as competências portuguesas nesta matéria e, neste momento, temos uma empresa, que é a JP Sá Couto, que já é, ou está para ser, o único ODM na Europa; depois, demos emprego a portugueses e estamos a exportar um computador feito em Portugal para outros países. Só me dá muita satisfação. E respondeu bem às necessidades do Programa e.escolinha.

Por outro lado, Sr. Deputado, eu disse e continuo a dizer que o Governo não criou a Fundação. Não criou a Fundação! O Sr. Deputado já

conhece a história tão bem quanto eu! A Fundação apareceu, pela primeira vez, nas propostas de três dos quatro concorrentes.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Os operadores dizem que não!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Dizem que não?! Mas está escrito. Não tem as propostas? Está lá escrito!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tenho, tenho.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Todos eles dizem: «Vamos criar uma Fundação». Isto foi dito por três dos quatro operadores. Só a TMN é que não disse na proposta, mas fê-la.

Segundo, apareceu nos trabalhos da Comissão da UMIC (Unidade de Missão para a Informação e Conhecimento). O Presidente e outros membros falaram na hipótese de criar uma fundação para gerir estas contribuições para a sociedade de informação agarradas às licenças UMTS.

Terceiro, apareceu no despacho do Sr. Ministro Carlos Tavares, que diz: «estes 25 milhões de euros são para a fundação que o Governo está a preparar». Eu achei tão boa esta solução... Não fui para esta solução pelo facto de o Sr. Ministro Carlos Tavares ter ido, mas porque achei que o Sr. Ministro Carlos Tavares tinha decidido bem, tinha apreciado bem. Também mandámos fazer pareceres jurídicos sobre as várias soluções e concluímos que aquela era a melhor solução.

No entanto, Sr. Deputado, aquele é um documento assinado a dois, ou a duas partes: os operadores e o Governo. Tanto é da responsabilidade do Governo como dos operadores. Os operadores não impuseram a Fundação ao Governo, nem o Governo impôs a Fundação aos operadores. Não foi nenhum decreto, nenhum despacho, nenhuma resolução de

Conselho de Ministros. Foi um acordo assinado pelas partes. Ou seja, as partes assumiram-se como proprietárias da ideia, como donas da ideia, como responsáveis da ideia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Registo a evolução das...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mais, houve trabalhos de alterar os estatutos, propostas de um lado, propostas de outro, até finalizarmos os estatutos. Até os operadores já explicaram por que é que acharam esta ideia boa e por que é que acharam bem aquele figurino de uma Fundação: que tem como fundadores os próprios operadores; que tem uma estrutura de conselho geral e depois um estrutura de administração; que, nessa estrutura de administração, não há a possibilidade de os vários operadores, que têm actividade concorrencial entre si, terem acesso a informações que cada um quer reservar para si e, portanto, essa gestão é feita por uma maioria designada pelo Governo. Tudo isto foi um edifício que eles acharam muito bem, senão não teriam assinado.

Portanto, não há nenhuma imposição, há um acordo, por isso é que ele é assinado. Como há um acordo na definição das características técnicas. Não foi o Governo que impôs a definição das características técnicas aos operadores, nem os operadores que impuseram ao Governo. Houve um trabalho conjunto e, depois, assinaram. É um documento assinado pelas partes!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está a falar das características técnicas do e.escolinha?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi exactamente o contrário o que os operadores nos disseram.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas o Sr. Deputado não tem o documento assinado?! Por amor de Deus! O senhor tem ou não o documento assinado?! Quer que lhe dê uma cópia?!

Sr. Deputado, não foi o que lhe disseram. Não é verdade!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Engenheiro, cito aqui...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado, quando eu não estou cá, diz que eu disse umas coisas que eu não disse.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Engenheiro, está gravado, estás nas actas,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está na acta. Exactamente!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... em que os operadores dizem que receberam do Ministério as características.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Oiça, Sr. Deputado! O Sr. Deputado tem aqui um protocolo entre o Ministério das Obras Públicas, a Sonaecom, a TMN, a Vodafone e a ZON. Está assinado e tem as páginas todas rubricadas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Em que data?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Isso não interessa!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Em 30 de Julho de 2008. «Nos termos e ao abrigo dos efeitos...»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Só não refere características nenhumas dos computadores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A data deste protocolo é de 16 de Abril de 2009.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ah...! Nessa altura, já tinham sido distribuídos computadores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — À data que as partes quiseram que retroagisse. À data que estava em vigor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Já tinham sido distribuídos computadores, nessa altura!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como já lhe explicaram Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a exceder aquilo que deve ser consentido na Comissão, que é uma intervenção pontual para precisão de algumas informações. Isto não pode prejudicar o depoimento, neste caso, do Eng.º Mário Lino.

Tem a palavra, Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, as características técnicas estão no «Anexo 3» e está rubricado por todos. Não é do Governo, mas de todos, ou seja, tanto é do Governo como é dos operadores.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É de 2009!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, é de 2009, mas com efeitos que, segundo as partes, estão acordados desde de Agosto de 2008. É o que dizem as partes. Ou não é?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O que as partes disseram foi que receberam a 15 de Setembro de 2008 um *e-mail* com as características para a distribuição do computador e, cinco dias úteis depois, no dia 23 de Setembro, distribuíram os computadores. Foi isto que as outras partes disseram.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não. Essa é a sua interpretação.

O que é facto, Sr. Deputado, é um documento (que o Sr. Deputado tem) assinado e rubricado por todas as partes, que diz quais são as características técnicas e que, embora assinado em Abril de 2009, tem efeitos desde 30 de Agosto de 2008,...

O Sr. **Presidente**: — A 30 de Julho!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ...ou a 30 de Julho, é o que dizem as partes.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É a 30 de Agosto!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, retroage a 30 de Agosto de 2008. É o que dizem as partes. Isto é que é um facto!

O Sr. Deputado pode dar as voltas que quiser, mas, quando assina um papel em conjunto com outra pessoa, é responsável tanto como a outra pessoa por esse papel, incluindo nos casamentos.

Portanto, Sr. Deputado, há aqui um acordo feito por uma parte que é o Estado, por outra parte que é a Fundação e por outra parte que são os quatro operadores, que acordaram um conjunto de coisas, incluindo as características técnicas, consideradas características técnicas mínimas. E diz este acordo, que todos assinaram, que os operadores podem propor alterações, se acharem que o mercado não tem para responder. Nunca propuseram, porque o mercado tinha para responder. E o acordo de princípios, o contrato criado com cada um, define o preço máximo para o computador. O Sr. Deputado queria que se tivesse posto um preço máximo mais alto para ver se entravam cá os computadores estrangeiros. É o seu gosto, mas não é o meu. Pusemos um preço...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso é tudo demagogia!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado está a dizer que a única coisa que prejudicou não terem aparecido mais foi o facto de o preço ser tão baixo. Talvez lhe tivesse dado jeito se o preço tivesse sido mais alto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso é tudo demagogia!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é demagogia! O Sr. Deputado é que está a dizer.

Nós fixámos um preço que achámos que era possível. Mais, vários produtores poderiam ter chegado a este preço. Não teriam ganho tanto

dinheiro, teriam de fazer uma aposta nesta componente e não fizeram. Mas este é um preço realizável pelo mercado e foi o preço mais baixo que foi possível fazer.

Portanto, não há nenhuma característica, nem a do preço, que tenha lá escrito *Magalhães*. Há as características técnicas, em que vários computadores estavam disponíveis; há as características de prazo, em que era só fazer um esforço que as tinham disponíveis, porque também para o e.escola, durante seis meses, não apareceram computadores, só apareceu uma ou duas marcas — a *Toshiba* e a *Fujitsu*. Mas para o e.escolinha até poderiam ter aparecido mais. Havia o problema do preço, é verdade! Era preciso baixá-lo. Agora, já está mais barato.

Portanto, Sr. Deputado, o que me diz com o vídeo é só motivo de grande satisfação. Acho que o Governo fez um trabalho muito bom, porque, ao ter um computador, puxou pela indústria portuguesa e pela auto-estima do País.

No entanto, Sr. Deputado, vou responder-lhe à terceira pergunta. Já lhe disse e vou repetir, Sr. Deputado, embora eu não tivesse de lhe responder. O Sr. Deputado pergunta-me por que é que o Governo actual seguiu um processo diferente do anterior...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não, não! O que perguntei foi por que é que não fizeram concurso público anteriormente, porque foi mostrado que a resposta que nos deu...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu expliquei-lhe!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Vou dar-lhe a mesma resposta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Engenheiro disse que havia contrapartidas para executar pelos operadores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não é uma verdade inteira,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É, é, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... porque havia metade das operadoras que tinham contrapartidas para executar e a outra metade não tinha.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Aliás, a ZON nunca teve qualquer contrapartida para executar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Um momento, Sr. Deputado.

Primeiro, o Sr. Deputado tem de compreender o seguinte: para nós, há um programa, que é a difusão de computadores com ligação à *Internet* em banda larga a todos os professores, estudantes e alunos das Novas Oportunidades. Começou com o 10.º ano e foi-se estendendo a toda a gama de ensino, acabando por se estender do 1.º ao 4.º anos. Isto, para nós, é o nosso programa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Acabando no 5.º e 6.º anos!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Incluindo até à 1.ª classe! O Programa e escola é isto tudo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sim, mas temporalmente os últimos foram os 5.º e 6.º anos.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, Sr. Deputado. Começa-se por um lado e acaba-se no outro. Há sempre alguém que é o primeiro e alguém que é o último. O Sr. Deputado também foi hoje o primeiro a falar, mas um dia será o último. Não lhe dá nenhum mérito especial por isso.

Houve o primeiro, começámos pelo 10.º ano. Como a Sr.ª ex-Ministra da Educação já explicou, o Ministério da Educação achou que a prioridade deveria começar pelo 10.º ano.

Depois, havia uns compromissos... E torno a dizer, Srs. Deputados, também não vale a pena querer insistir nesta balela, porque não há nenhum compromisso, não há nenhuma responsabilidade financeira, nenhum operador devia ao Estado os tais 900 milhões de euros, que era a soma dos compromissos que tinham a fazer. Não está em lado nenhum, porque, se estivesse, Sr. Deputado, era um atestado de grande irresponsabilidade e incompetência aos governos seguintes e à Câmara, ao Parlamento. Diga-me: se é dinheiro que se deve ao Estado, em que conta do Estado é que está essa dívida dos operadores?! Onde é que aparece «crédito do Estado sobre operadores»?! Diga-me onde está! Não está, porque não existe nenhum crédito do Estado sobre as operadoras!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Basta ir a um orçamento de uma câmara municipal para se saber que há verbas que não se encontram!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não estou a falar da câmara municipal. Estou a falar da responsabilidade dos Srs. Deputados desta Câmara perante 900 milhões de euros que os senhores deixaram a «flutuar» sem se saber onde é que estavam durante muitos anos. Eu acho que os senhores fizeram bem, porque ele não tem de estar no Orçamento do Estado, não é traduzível no Orçamento do Estado. Por isso, é que os senhores, quando estiveram no Governo, nunca o puseram. Nem puseram os 25 milhões de euros em qualquer rubrica do Orçamento do Estado ou nas contas do Estado a dizer: «as operadoras devem».

Do que se trata, Srs. Deputados, é de contrapartidas em espécie, do fornecimento de certas actividades. Por exemplo, «formar uma Fundação para gerir isto: 25 milhões de euros», era uma das coisas que lá estava. Isto significa que devem ao Estado?! O Estado é que vai fazer a Fundação?! Não! «Fazer descontos para segmentos com menores recursos da sociedade» — fazer descontos, eles fizeram — ou «fornecer placas mais baratas para crianças», etc. Isto não é dinheiro que se deve ao Estado, são compromissos que os operadores tinham de fazer e que o Estado tinha de arranjar maneira de eles o fazerem. Mas não é dinheiro que se deve ao Estado.

Nunca nenhum destes compromissos, que foram sendo realizados, para além do Programa e.escola, como os Srs. Deputados sabem, dos mais de 900 milhões... Os Srs. Deputados já perceberam por que é que no início eram 1300 milhões de euros e, depois, ficaram 900 milhões de euros. Eu já tinha explicado. Foi porque houve 400 milhões de euros que estavam agarrados à OniWay, quando o Governo anterior concordou em que a OniWay ficasse liberta do concurso, já não tinha licença, e definiu as condições em que a repartição das frequências excedentes era feita. Eu acho que decidiu bem. Não estou a fazer nenhuma crítica!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Temos sempre muito gosto em ouvi-lo nesta Comissão, mas toda essa informação já está nas actas da audição anterior que tivemos consigo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Já sabem, muito bem!

Houve, depois, uma parte desses 900 milhões de euros que foi validada, através de contrapartidas. Se o Sr. Deputado for ver, essa parte que foi validada diz respeito à disponibilização de telemóveis a pessoas com necessidades especiais, à mobilização de interfaces entre clientes de utilidade pública, nomeadamente hospitais, portal do cidadão, etc., à incrementação da rede e promoção de serviços de descontos nas comunicações, à subsidiação de placas e terminais. Mas nada disto era dinheiro que as operadoras devessem ao Estado. Eram coisas deste tipo, estas ou outras, que as operadoras tinham de fazer e que o Governo tinha de garantir que eram feitas.

Nada destas coisas foi feita com concurso público, nem sequer os primeiros contratos havidos no tempo do Governo PSD/CDS; os primeiros contratos onde se gastou cerca de 1 milhão de euros... O Deputado Jorge Costa, na altura, estava no Governo. Nessa altura, houve um contrato feito para três ou quatro projectos e não houve nenhum concurso público, houve uma consulta, como agora também houve. Também perguntaram e os operadores vieram aqui explicar: «consultámos o mercado e, para uns casos, encontrámos vários computadores e, para outros casos, encontrámos só um». Consulta, nunca houve. Mas, nessa altura, o Parlamento não se preocupou em saber nem onde estava o dinheiro, nem onde estavam as contrapartidas, nem se havia concurso público. Não!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Engenheiro sabe tão bem quanto nós que as situações são um bocadinho diferentes.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pois são!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As próprias operadoras disseram-nos aqui, nestas audições, que foram intermediárias na compra de computadores e, por isso, é muito diferente...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não disseram, não. As operadoras não disseram que foram intermediárias.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Optimus disse isso, a Vodafone disse uma coisa similar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado é que extrai essas palavras, mas não foram as operadoras que disseram. As operadoras não foram intermediárias em compra de nenhum computador. Elas compraram, porque era assim que estava no compromisso que assinaram connosco que tinham de fazer, porque os computadores...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas quem pagou foi o Estado.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O objectivo inicial para todo o programa era que se estimulasse as ligações à *Internet* e, por essa via, as operadoras iam abatendo aos seus compromissos à medida que davam descontos nessas ligações.

O que sucedeu, Sr. Deputado, vê-se *a posterior*, foram duas coisas (e eu tive exactamente a mesma sensação). Relativamente à adesão ao programa, em todos os anos, com excepção do 1.º ao 4.º anos, verificou-se uma adesão muito superior às nossas expectativas. Havia uma espécie de

«secura», as famílias portuguesas estavam sedentas de aderir. Aderiram ao programa 70 000 professores — isto não é brincadeira, Sr. Deputado! — e 400 000 alunos. E todos com ligações.

No Programa e.escolinha achámos que impor como condição para ter computador ter uma ligação era limitativo. Estávamos nos primeiros anos e achámos que deveríamos fazer uma coisa mais... Deve lembrar-se da explicação que já foi dada, quer por mim, quer pelo Sr. Secretário de Estado, de que no nosso país havia duas coisas muito interessantes: havia menos computadores por casa do que os outros países da União Europeia, mas, naquelas em que havia computador, havia mais ligação à *Internet* do que nos outros países da União Europeia. O nosso problema era não haver computadores. Tínhamos de fomentar mais o uso dos computadores e apostámos nisso. Daqui resultou que o número de adesões às ligações foi mais reduzido do que nós esperávamos, nós e os operadores.

Portanto, verificámos que as famílias que têm meninos do 1.º ao 4.º anos estavam interessadas nos computadores, mas, ou porque já têm ligações à *Internet* ou porque são famílias com menores recursos e com menores habilitações e aquele é o único computador e é para a criança (para a menina ou para o menino) trabalhar para a escola, as pessoas não aderiram tanto — embora ainda estejamos no processo de ver quantas irão aderir. Mas aderiram menos, é verdade.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Menos de 2% das pessoas compraram computadores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, mas isso sabe o Sr. Deputado agora. No início não sabia. Eu também não.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mesmo as previsões iniciais, ditas ontem pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Paulo Campos, para os 500 000 computadores que se pretendiam vender, era de 50 000 assinaturas. Por isso, era 10% dos computadores vendidos, o que já dava para antever que era o Estado que iria cumprir com grande parte do programa.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, não sei se foi grande parte do programa, porque nós recebemos dos operadores 32 milhões de euros... Não, desculpe, 23...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Dos operadores, de acordo com os montantes indicados por eles, receberam menos de 12 milhões de euros.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não. Com as comunicações entretanto feitas também?! Não!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Para o e.escolinha.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Para o e.escolinha foi à cabeça. À cabeça foram 12 milhões de euros. E, depois, houve obrigações.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foram muito reduzidas.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não. Nos Açores foram cerca de 12 000, mais... Sr. Deputado, eu não sei esses números agora. O Sr. Secretário de Estado, que continua com a tutela dessa matéria, sabe.

De acordo com os números que tenho na minha cabeça, é que vai atingir qualquer coisa como 30 milhões de euros entre o que é o pagamento

dos beneficiários e o que é a receita dos operadores. O programa custa 75 milhões de euros ou uma coisa assim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O programa custa 80 milhões de euros, o que significa que o Estado arca com 50 milhões de euros.

Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Isso sabe o Sr. Deputado agora. Quando lançámos o programa, a expectativa não era essa. Era de ser maior.

O Sr. Deputado quer isolar o e.escolinha num programa que é todo ele da mesma configuração, porque tem uma...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Todas as perguntas que lhe fiz foram sobre o e.escolinha, mas deixe-me dizer que não é da mesma configuração, na medida em que todos os outros computadores do Programa e.escola exigiam uma ligação à cabeça e o e.escolinha não exige.

Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E o senhor acha mal ou acha bem?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não é da mesma configuração. É isto que estamos aqui a discutir.

Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É da mesma configuração, só que um exigia a ligação e este não exige. Acho bem que não exija.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Os próprios preços eram totalmente diferentes.

Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro! Se o computador era diferente e as exigências do computador eram diferentes! Claro, Sr. Deputado!

Em resumo, quanto à Fundação, há um documento assinado pelas partes. É irrelevante de quem foi a ideia. O que é relevante é quem assinou, quem assumiu o compromisso e quem aceitou aquilo como seu. De quem foi a ideia é completamente irrelevante.

O que é que mudou? É que antes havia contrapartidas para gastar, agora há um operador que já não tem. Não é só a ZON! Há um operador, que é a Vodafone, que não tem...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas já não tinha antes. Foi-nos dito aqui pelo Dr. António Coimbra que a Vodafone já não tinha.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de deixar responder.

Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, a TMN tem pouco, a Sonae tem pouco, não sabe quanto é que tem, porque só no final de um ano é que sabemos quantas ligações fizeram. Mais: há a expectativa de que o número de ligações, como se viu pelo caso anterior, não vá ser muito grande.

Portanto, estamos num figurino em que agora, sim, sabemos e percebemos que, quer porque não há dinheiro nas contrapartidas quer porque o número de ligações expectáveis é muito reduzido, o Estado vai ter de financiar, e, portanto, estamos num outro modelo. Estávamos num modelo que começou com o 10.º ano e que se foi estendendo a anos diferentes. Acho que o Sr. Deputado percebe isto.

Julgo que respondi às suas três perguntas, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, seguindo os cumprimentos do Presidente da Comissão, pessoa que estimamos, cumprimento-o pela sua segunda participação nestas audições. Obviamente que temos de interpretar *cum grano salis* as palavras do nosso Presidente. Isto não é um julgamento. O Sr. Eng.º Mário Lino não está aqui em nenhuma das qualidades que as partes estão nos julgamentos: não é réu, não é autor.

O Sr. **Presidente**: — Foi isso que eu disse.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Exacto. Estou a reproduzir as palavras de V. Ex.^a. Nem sequer está aqui na qualidade de testemunha. Está aqui na qualidade de fazedor. Se não tivesse feito, não estaria aqui. Mas está aqui «Mário Lino — o fazedor». É nesta qualidade que está aqui: de homem que fez, de Ministro que fez.

Primeiro, fez com que as operadoras cumprissem as suas obrigações. Foi a primeira coisa que fez. Fazer com que as operadoras cumprissem as suas obrigações para com a sociedade portuguesa. Primeira obrigação: fazer com que as operadoras instituíssem uma fundação. Foi isto que o Sr. Eng.º Mário Lino, na altura Ministro, também com o pelouro das comunicações, fez: fazer com que as operadoras cumprissem as suas obrigações, fazendo uma fundação. E fê-lo, e muito bem, na sequência daquilo que eram posições do Governo anterior, do PSD/CDS, visto que esse Governo se tinha comprometido a fazer uma fundação.

Sr. Engenheiro, no dia 11 de Fevereiro de 2003, tive o privilégio de instar, numa destas salas, na Comissão de Obras Públicas e Telecomunicações, o Sr. Ministro da Economia da altura Carlos Tavares. Existe acta dessa reunião. Nessa altura, instei-o precisamente sobre esta matéria e ele disse-me, no dia 11, que até iria escrever uma carta aos

operadores a esclarecê-los. É a célebre carta que agora já temos. Penso que o Sr. Secretário de Estado ontem a deixou, porque li-a. E, nessa carta, dizemos... O Dr. Carlos Tavares refere que, quando lhe foi perguntado pelo estado da arte das contrapartidas, entre comas (ele até nem considerava isto contrapartidas), considerava ofertas especiais e contributos para ao desenvolvimento da sociedade de informação.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, senhor!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Foi a terminologia correcta que o Sr. Ministro da altura Carlos Tavares utilizou aqui: contributos para o desenvolvimento da sociedade de informação e ofertas especiais dos operadores. É o que está aqui em causa, é o que está nos contratos e é a terminologia do Ministro do PSD quando ainda não havia Comissão de Inquérito nem estas confusões em que aqui se tenta alterar as coisas em vez de se tentar esclarecer as coisas.

Nessa altura, na sequência desta carta, o Governo da altura diz que as operadores teriam de instituir uma fundação e até tinha um nome «Fundação para a Sociedade de Informação» e que o Governo pretende promover esta fundação, diz-se nessa carta, pelos beneficiários da atribuição das licenças UMTS. Mas era o Governo que pretendia promover e o Governo não promoveu. Foi necessário esperar por V. Ex.^a, foi necessário esperar que o Eng.º Mário Lino assumisse os destinos da governação nesta área para que o Governo tivesse promovido. Então, o que é que temos aqui? Temos 25 milhões de euros, de que ninguém fala (nenhum membro da oposição quer falar destes 25 milhões de euros), que, em 2003, deveriam ter sido afectos à sociedade de informação e que, por inacção do Estado, estiveram no bolso dos operadores, e legitimamente. Os operadores foram informados de que seriam instados a fazer a fundação.

Nunca ninguém os instou e, enquanto os não instaram, eles ficaram quietos, o que é normal. Portanto, foi V. Ex.^a que um dia, depois de ter o quadro do Plano Tecnológico no quadro do Programa e.escola, que depois teve diversas iniciativas, que promoveu a constituição desta Fundação por parte dos operadores. E disse aqui uma coisa muito importante: os operadores quiseram que, no Conselho de Administração, não estivesse nenhum deles. E quiseram que não estivesse nenhum deles por causa da circunstância de terem contratos distintos com o Governo. Esses contratos de Abril de 2009 não são iguais, são distintos para os diversos operadores.

Portanto, eles também não queriam estar no Conselho de Administração, porque este sabia quais eram as obrigações das partes e as condições contratuais que tinham sido estabelecidas em 2009. Eles queriam que fosse uma entidade independente, neste caso o Estado, a monitorizar o cumprimento dos contratos sem que os operadores soubessem das suas obrigações uns em relação aos outros.

Penso que isto ficou aqui muito bem demonstrado até agora.

Portanto, Sr. Eng.º Mário Lino, sobre esta parte, achamos muito bem o que fez, como fez e as condições em que fez estão completamente esclarecidas.

Já ontem tínhamos assistido aqui a uma apresentação de conclusões, das conclusões do PSD! O Sr. Engenheiro e Deputado Jorge Costa antecipou-nos as conclusões do PSD — não são as conclusões da Comissão de Inquérito mas as conclusões do PSD —, querendo fazer com que a sua verdade fosse a verdade da Comissão de Inquérito e até tendo feito com que algumas televisões tivessem passado a «sua» verdade!

Mas a verdade é aquilo que é e não aquilo que o Sr. Deputado Jorge Costa quer que ela seja — é uma realidade diferente dos desejos do Sr. Deputado Jorge Costa!

E hoje tivemos aqui uma outra encenação, mais uma outra cena de propaganda, mas uma cena truncada!

Risos.

Mas o Sr. Eng.º Mário Lino, até pelo seu passado, sabe melhor do que eu como é que se trunca, como é que alguns partidos fazem truncagem da verdade. Aliás, o Sr. Engenheiro teve de vir aqui já dizer: «Bom, há uma parte que eu disse e que o senhor truncou»! Portanto, a extrema-esquerda também está a habituar-se depressa, embora tenha pouca actividade parlamentar, em relação a estes trinta e tal anos de democracia, à truncagem daquilo que é a verdade!

Portanto, aparece-nos aqui uma verdade, que é a verdade do Bloco de Esquerda, truncada de outra verdade, a totalidade da verdade, que é, nomeadamente, aquela que o Sr. Engenheiro já aqui nos referiu e que não consta deste vídeo. Portanto, temos hoje aqui uma *reprise* truncada!

Sr. Eng.º Mário Lino, nos 3 minutos que me faltam, passo às contrapartidas, às tais ofertas especiais e às obrigações para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Disse-nos aqui que as operadoras — e das actas que lemos da UMTS e da UMIC —, se quisessem, e é isto que quero que me confirme, não eram obrigadas a ter aderido ao Programa e.escola. Elas só eram obrigadas a executar as suas ofertas especiais nos termos do contrato que fizeram. O que é que acontece? Acontece que as operadoras reconheceram que o seu programa, o programa que o Governo apresentou, era aquele que contribuía para o desenvolvimento da sociedade de informação e era um programa com o qual elas também podiam ganhar, como é evidente! O Sr. Engenheiro fala-nos aqui de 1 300 000 computadores, dos quais, pelo menos, 800 000 com a obrigação de ligação à *Internet* em banda larga,

portanto, elas também iriam ganhar! Logo, elas disseram: «Sim, as minhas obrigações são as que estão aqui no contrato, quando fui a jogo, quando fui a concurso. Mas, dado que o senhor me apresenta aqui uma ideia, que é uma ideia que nós, três operadoras, reconhecemos como uma ideia válida no contributo para o desenvolvimento da sociedade de informação, nós fazemos uma adesão e concordamos em negociar os termos desse novo programa e a nossa participação nesse novo programa». E é por isto que há os diversos contratos, como aqui já explicou. Confirme-me se isto é assim ou não. Elas poderiam não ter aderido ao programa, poderiam ter dito: «Ó Sr. Ministro, acho muito bem, mas, olhe, eu vou cumprir as coisas.» E o Sr. Ministro poderia ter dito: «Mas estão atrasados!» E eles diziam: «Está bem, eu tenho 15 anos e, portanto, durante 15 anos, posso cumprir essas obrigações! Ainda faltam 4, ou 5, ou 6 anos... Portanto, Sr. Ministro, não estou em incumprimento!».

Portanto, há aqui uma vontade livre de os operadores em aderir ao seu contrato.

A última questão tem a ver, Sr. Eng.º Mário Lino, com o computador do e.escolinha. Aqui, os nossos colegas têm batido nesta tecla: quantas ligações é que há do Programa e.escolinha à *Internet* em banda larga? Há aqui uma questão que um operador já referiu, não me lembro qual deles, fez aqui uma breve passagem, e isto conjugado com uma intervenção da Sr.^a ex-Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, que aqui nos referiu que, concomitantemente com este programa, o Governo estava a fazer um esforço louco no sentido da informatização das escolas, da totalidade das escolas... Tal como agora está a fazer com os equipamentos, e, na altura, fez logo na informatização das escolas, de modo a que cada x alunos tivesse um computador. Isto não era uma iniciativa isolada, esta dos operadores. Além desta iniciativa para a sociedade civil, havia, e manteve-se, um grande esforço do Governo, que eu não sei agora quantificar, de

investimento na sociedade de informação, ao nível material, ao nível das escolas.

Ora, é evidente que atentas as características mínimas destes computadores, que, neste caso concreto, depois são os computadores *Magalhães*, as crianças — diga-me se sim ou não — que tivessem este computador, e, se calhar, milhares delas crianças foram subsidiadas pela acção social escolar,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não tem provas nenhuma disso!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Portanto, eram crianças dos bairros periféricos de Lisboa, por exemplo, do município onde sou Presidente da Assembleia Municipal; se calhar, milhares de crianças não teriam acesso a nenhum computador e têm-no por efeito deste programa. Se calhar, estes milhares de crianças, e muitas delas viverão até em bairros degradados, nem sequer têm hipótese de ter ligação à *Internet* em banda larga na sua casa, mas há uma coisa que elas têm, e quero que mo confirme, Sr. Engenheiro: com este computadorzinho, elas podem chegar à sua escolinha e ligarem-se, por via *wireless*, à *Internet* em banda larga? Ou seja, com este computador *Magalhães* as crianças mais desfavorecidas podem, ou não, chegando à escola, ter acesso à *Internet* em banda larga, seguindo aquele desígnio que a Sr.^a ex-Ministra Maria de Lurdes Rodrigues aqui nos disse, de que hoje é tão importante como o telemóvel, ou mais importante do que o telemóvel, ter um computador e, portanto, ter acesso à informação que as crianças mais ricas têm e que as crianças mais desfavorecidas não têm, mas que, por esta via, também têm. As crianças mais desfavorecidas deste País passaram a ter acesso à *Internet* em banda larga não directamente na sua casa, não fazendo a ligação em sua casa, mas, por efeito de uma política pública do Estado, através do seu pequeno computador nas suas escolas e

no tempo em que aí permanecerem, e este acesso à *Internet* em banda larga contribui para que se atenuem esta discriminação que a sociedade impõe, havendo, assim, uma discriminação positiva por parte do Estado no sentido de promover uma igualdade entre todos os cidadãos.

Quero que me confirme isto, porque é muito relevante também para o objectivo final, porque, a mim, confesso, não me interessa muito saber, em termos finais, quantas mil destas crianças fizeram a ligação às operadoras — este é um problema das operadoras —, mas, sim, saber se estas crianças também podiam ou não, através da disponibilização de *wireless* nas suas escolas, ter acesso à *Internet* em banda larga.

Era isto só que eu queria ouvir da parte do Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, a sua primeira questão era a de saber se as operadoras se podiam ter recusado a aderir ao Programa e.escola. Efectivamente, assim é. Aliás, lembro-me de já ter aqui explicado — e gostava que os Srs. Deputados percebessem bem... Normalmente, não tenho a ideia de que quando um responsável, um governante, ou um governo não faz qualquer coisa é por ser incompetente. Às vezes, as matérias são muito difíceis!

Eu não culpo o governo anterior, nem em particular o Sr. Deputado Jorge Costa que era membro do Governo...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa por interromper, mas esta insinuação continua...

Sr. Eng.º Mário Lino, a tutela das comunicações era do Ministério da Economia! Está na Lei Orgânica do Governo!

O Sr. Deputado Ramos Preto ainda agora o disse que chamou cá o Ministro da Economia da altura. Portanto, não insistam na ideia de que eu tinha responsabilidades, porque o senhor está a deturpar a verdade, desnecessariamente!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não! Não!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Deputado, não é verdade! Eu já disse ontem aqui que não vale a pena repetir a mesma questão várias vezes, porque ela não se torna verdade!

O Sr. **Presidente**: — Não vale a pena insistir na questão, porque o Sr. Eng.º Mário Lino está a reconhecer razão ao Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Jorge Costa,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — No Governo de Santana Lopes passou para as Obras Públicas?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Jorge Costa, tem toda a razão! Acho que o Sr. Deputado entendeu que eu não estava com isto a fazer-lhe qualquer ataque pessoal, pelo contrário. Estava a dizer-lhe que na altura em que o Sr. Deputado era governante essa matéria não passava por si. Está a dizer-me e eu sei, mas, certamente, teria ficado satisfeito por ter

podido contribuir para a resolução deste problema, como qualquer membro do Governo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*)

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu sei que era, mas tivesse contribuído, tinha, com certeza, ficado satisfeito.

Este problema é muito difícil de resolver. Nós não só não podíamos obrigar as operadoras a aderir ao Programa e.escola, como, na realidade, tivemos de discutir muito com as operadoras para as convencer a aderir ao Programa e.escola.

Lembro-me de já vos ter dito que a primeira questão que se levantou quando começámos a abordar este problema foi a de as operadoras nos terem dito: «Mas já não há dinheiro nenhum de contrapartidas! Já não há! É porque as condições em que nos propusemos fazer programas especiais estavam ligadas a um *bussiness plan*!» Cada um dos concorrentes apresentou um *bussiness plan* e um conjunto de projectos especiais que se propunha fazer se ganhasse a licença. Nesse *bussiness plan*, um dos elementos que entrava era o *pricing* das comunicações e esse *pricing* tinha sido alterado no sentido de baixar. Então, as operadoras disseram: «Bom, baixando o *pricing*, já cumpri a minha parte». Mas nós dissemos-lhes: «Mas isso...» Foi uma grande discussão que tivemos de ter e tivemos de chegar a um acordo, porque nem o Estado ia aceitar uma coisa dessas, iria acabar em tribunal ou com uma grande discussão e ninguém ganhava com isso. O melhor era ter bom senso e encontrar uma maneira de os operadores realizarem as suas obrigações, de uma forma útil e conjunta.

Esta ideia de fazer um programa conjunto também não nasceu no Ministério das Obras Públicas. Como é sabido, vem nas actas, já tinha sido

abordada na anterior Comissão da UMIC, porque era lógico, muito mais interessante, tinha muito mais potencialidades levar todas as operadoras a convergir no mesmo programa de interesse nacional do que cada uma fazer o que queria de forma avulsa! Não foi nenhuma ideia que me tivesse surgido a mim, surgiu daquelas comissões, e pareceu-me uma boa ideia.

Trabalhámos em conjunto e todos os operadores acabaram por concordar, por escrito e assinado, com páginas rubricadas. Portanto, assumiram com o Governo a responsabilidade de, em parceria, em pé de igualdade, levar esse Programa para diante.

O Sr. Deputado falou de uma outra questão que acho muito relevante. Na realidade, uma das razões que levou a não exigirmos, no Programa e.escolinha, que as famílias tivessem de adquirir ligação à *Internet* foi porque, uma vez que iríamos fazer uma aposta muito forte nesse primeiro estrato populacional — o das crianças do 1.º ciclo do ensino básico — na utilização do computador, estávamos convictos de que muitas famílias já teriam ligações à *Internet* em casa e se exigíssemos ligações, se calhar, íamos reduzir ou limitar o número de alunos que poderiam aderir, porque as famílias não tinham condições para pagar ligações.

Além disso, por uma outra razão para a qual o Sr. Deputado também chamou a atenção — e isto não foi um programa isolado: as escolas tinham, e têm, hoje, uma grande ligação à *Internet* e mesmo o número de crianças por computador baixou muito ao longo dos anos do governo anterior. Julgo que atingiu qualquer coisa à volta das cinco crianças por computador, e tinham começado por um número bastante mais alto. Aproximámo-nos dos números que vigoram na União Europeia.

Portanto, as escolas estão equipadas, têm *Internet*, há computadores nas escolas e este Programa permitiu que os próprios alunos, individualmente, pudessem ter o seu computador que utilizam na escola, em casa, durante as férias e que levam para os cafés. Aliás, passámos a

assistir, como eu e os Srs. Deputados têm assistido, certamente, a ver nos cafés, nos jardins, uma quantidade de estudantes que utilizam o computador. E isso tornava-se suficiente para que aquela ideia de pôr computadores em casa das pessoas fosse atingida.

Portanto, isso resultou de um trabalho de convencimento, que foi difícil, mas que permitiu chegar a acordo com os operadores para se envolverem neste Programa e permitiu que, hoje, as crianças, mesmo não tendo ligação à *Internet* em casa, têm ligação à *Internet* na escola, podendo usar o seu computador, porque ele está preparado para isso. As crianças trabalham com os professores e fazem a sua aprendizagem através dessas ligações.

Mais: nesses computadores, como sabe, há um controlo parental, que pode ser accionado pelos pais ou pelos próprios professores, que limita o acesso livre à *Internet*, porque estamos a falar de crianças muito jovens, tendo estas acesso apenas àquilo que os professores ou os pais consideram adequado.

Por isso, Sr. Deputado, é um Programa que faz parte de um mais vasto chamado Plano Tecnológico da Educação, que teve como grande objectivo provocar uma melhoria muito acentuada na qualificação dos portugueses, com incidência naqueles sectores que estão, neste momento, em formação e que são os estudantes.

Este é o grande objectivo deste Programa e que foi plenamente atingido. Foram distribuídos 1,3 milhões de computadores, e o número está a aumentar. Ainda ontem, o Sr. Secretário de Estado disse que na semana passada, bem como na anterior, mais adesões houve a este Programa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mário Lino, agradeço o facto de ter voltado a esta Comissão e de se ter disponibilizado para nos esclarecer algumas questões. Entendo que esta sua vinda, de novo, à Comissão é para clarificar dúvidas que, entretanto, surgiram com as audições realizadas posteriormente.

Por isso, vou socorrer-me da acta da reunião em que o Sr. Eng.º Mário Lino esteve presente e citar declarações suas proferidas nessa altura e que, depois, se veio a verificar que foram contrariadas em declarações posteriores por outros intervenientes.

Começo por referir a criação da Fundação.

O Sr. Eng.º Mário Lino disse, a determinada altura, na acta o seguinte: «quem falou pela primeira vez na fundação não foi ninguém do gabinete, foram os operadores. Repito, «quem falou pela primeira vez na fundação não foi ninguém do gabinete, foram os operadores».

É hoje claro — já chegámos a uma conclusão nessa matéria — que a Fundação surge pela carta do Secretário de Estado, de 10 de Dezembro de 2007, remetida a todos os operadores, que tem a proposta de criação da fundação e, inclusive, em anexo, a proposta de estatutos, a proposta de composição dos órgãos sociais. E, nos dias seguintes, é acompanhada por um despacho conjunto do Ministério das Obras Públicas e do Ministério das Finanças, nomeando o Presidente do Conselho Geral para essa Fundação. Ou seja, não há nenhuma dúvida de que quem falou pela primeira vez da fundação foi, de facto, ao contrário do que aqui foi dito, o Ministério das Obras Públicas, através do seu Secretário de Estado das Obras Públicas. A carta é de 10 de Dezembro de 2007.

Verificamos também que há uma evolução no teor das declarações do Sr. Eng.º Mário Lino. No início, o Governo não tinha nada a ver com o assunto. Tinham sido os operadores que tinham desenvolvido tudo e o Governo tinha apenas aparecido ao lado. De facto — são declarações suas,

estão publicadas na comunicação social —, o Governo não tinha nada a ver com isto. Quando o assunto surgiu pela primeira vez, quando denunciámos este assunto, em 25 de Junho de 2009, no debate quinzenal, no Plenário da Assembleia da República, a resposta dada naquele momento e nos dias seguintes quer pelo Sr. Ministro das Obras Públicas de então, quer pelo Primeiro-Ministro foi a de que não tinham nada a ver com isto, era tudo transparente, estava tudo a ser tratado pelos operadores.

Afinal, foi preciso uma comissão de inquérito, foi preciso que o PSD avançasse com a proposta de uma comissão de inquérito para que se conhecessem os contratos, para que se conhecessem as contas... Nem um relatório e contas havia, foram, à pressa, tratar do relatório e contas para se conhecer os detalhes de todo um processo que, de facto, estava a acontecer sem qualquer transparência, como veio depois a verificar-se com os contratos a retroagir. Ou seja, quero aqui realçar esta evolução relativamente à reacção sobre este assunto. Primeiro, não tinham nada a ver com o assunto e, afinal, até estiveram juntos, como as imagens demonstram.

O Eng.º Mário Lino vem hoje fazer aqui, de novo, o discurso da exaltação do Programa Magalhães. Já disse isto da outra vez e tenho-o referido várias vezes que nós não estamos aqui a discutir os méritos do Programa Magalhães. Esse é um aspecto em relação ao qual já nos pronunciámos e que não está aqui em causa. O que está em causa é a actuação do Governo.... Aliás, esta Comissão de Inquérito chama-se exactamente Comissão de Inquérito para a Actuação do Governo no Processo de Criação da Fundação e de todo este Processo. É isso que estamos a avaliar, isto é, a forma como o Governo se comportou em todo este processo.

Também já disse ontem aqui que este procedimento levado à exaustão, o facto de aparecerem empresas portuguesas e de existir produto

nacional que, de alguma forma, tenha de ser apoiado, é de louvar, como é evidente.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Vá lá...!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não temos nenhuma dúvida quanto a isso, mas com regras. O dinheiro é do Estado. O dinheiro não é do Ministério, nem do Ministro, nem do Secretário de Estado, é do Estado e, por isso, tem de ser gerido com regras de transparência. Se não, qualquer dia estávamos todos obrigados a comprar automóveis da Volkswagen só porque são produzidos na Autoeuropa. E não é assim! O Governo, quando quer adquirir viaturas, faz concurso público, como é evidente.

Também ficou aqui referido da outra vez — são declarações do Eng.º Mário Lino — e vou socorrer-me da acta, de novo, o seguinte relativamente às contrapartidas: «Portanto, não há mais dinheiro dos operadores. (...) É que agora, dos operadores, zero, Sr. Deputado, não há! (...) Esse dinheiro foi esgotado com o Programa e.escola. (...) tem de compreender que há aqui uma mudança absolutamente fundamental: agora, já não estou a gastar dinheiro dos operadores, já estou só a gastar dinheiro do Estado. Esta é a razão pela qual é diferente.» Isto a propósito da alteração do modelo relativamente à aquisição da segunda fase.

Já concluímos aqui que, afinal, há contrapartidas — dizem os operadores — e há contrapartidas até no montante que era suficiente para a aquisição do novo computador. O Sr. Eng.º Mário Lino pode voltar a dizer que não, os operadores disseram aqui que sim. Alguém há-de depois avaliar quem é que, de facto, está a dizer a verdade relativamente a este processo. A nós compete obter as declarações e, depois, haverá outras entidades, necessariamente competentes, para fazer essa avaliação.

O que aconteceu aqui é que, relativamente a autorização de dinheiros públicos e de contrapartidas, pode dizer-se que o dinheiro não estava inscrito no Orçamento, quando falamos do montante das contrapartidas. Mas o que é facto é que os senhores, com os contratos que assinaram com os operadores, transformaram parte das contrapartidas em dinheiro que foi entregue em dinheiro, repito, em dinheiro, à Fundação. Nós apresentámos aqui ontem as contas. É fácil. É utilizar os valores que estão nos contratos: por cada unidade vendida, os operadores tinham de entregar um determinado montante em dinheiro à Fundação, não era uma contrapartida de coisa nenhuma. A Fundação paga aos operadores a totalidade do valor do computador. É isto que está no contrato. A Fundação paga os 540 €, num caso, e os 213 €, mais IVA, noutra caso. Paga a totalidade desse montante aos operadores para que, depois, os operadores paguem aos fornecedores. Por cada computador, no caso do e.escola, e por cada ligação, no caso do e.escolinha, os operadores têm de entregar um determinado montante em dinheiro à Fundação. Feitas as contas, multiplicados os números de computadores por esses montantes, em dinheiro entrou na Fundação — os senhores transformaram as contrapartidas em dinheiro — 180 milhões de euros, contas feitas até Setembro de 2009, as últimas que nos foram apresentadas. Por isso, desde Setembro de 2009 até hoje, haverá montantes a adicionar a este volume.

Para além disso, entraram na Fundação em dinheiro: da ANACOM, 36 milhões de euros; da acção social escolar, 180 já lá estão e disse aqui o Presidente da Fundação que faltam 40, portanto, serão 220. Ou seja, 436 milhões de euros em dinheiro entraram na Fundação, dinheiro público relativamente ao qual é preciso avaliar se, de facto, deveria ou não ter sido feito concurso. Do nosso ponto de vista, sim. Estará aqui, do nosso ponto de vista, demonstrado que deveria ter sido assim.

Sr. Eng.º Mário Lino, não vale a pena continuar a dizer que havia 7, 8, 9, 10 ou 20 computadores. Os operadores disseram aqui que só aquele computador preenchia as características técnicas, a característica do preço e a característica do prazo. Isto está nos contratos. Os senhores não podem, para uma coisa, dizer que está nos contratos e que, portanto, eles são solidariamente responsáveis porque assinaram e são a outra parte do contrato, e para outras, não está. Está tudo no contrato. Portanto, só havia um computador que correspondia a isto.

Já ontem, perguntei ao Secretário de Estado por que razão eram 213 € e não 220 € ou 210 €. Porque o preço foi, de facto, combinado com o fabricante e por isso puseram esse preço no contrato. Até podiam ter posto menos, se tivessem combinado menos.

O que não podem é branquear todo este processo, porque foi tudo feito — não há, hoje, qualquer dúvida — para que acabasse no fornecimento de um computador desenvolvido pela empresa JP Sá Couto.

Ficou aqui também dito pela Youtsu, pela Prológica e pela JP Sá Couto que, em Dezembro de 2007, apresentaram a ideia ao Governo e que o Governo lhes disse: «Esperem um bocadinho porque nós estamos a tratar de um programa para as escolas», que veio a ser o e.escolinha. Eles foram à China, fizeram contratos, fizeram a cerimónia — tiveram tempo para tratar disto tudo — no dia 30 de Julho, no convite está lá a silhueta do *Magalhães* (isto é indesmentível!), assinaram um contrato com a Intel, contrato, esse, que agora veio a concluir-se que, afinal, não serve para nada porque não teve qualquer desenvolvimento... Tanta pompa e tanta circunstância, mas depois não teve qualquer efeito... Já agora, gostava de saber o que acha relativamente a isso, porque uma das coisas que exaltou na última reunião foi o facto de o contrato ter sido celebrado com a Intel, só que se conclui que, afinal, de pouco serviu!

Disse-nos aqui que o Ministério não contratou nenhuma licença. Ontem, foi aqui dito pelo Secretário de Estado que, dos 213 € para o computador, há uma componente que diz respeito ao *software* que foi tratada pelo Governo junto da Microsoft, junto da Alcatel, junto da Prológica, junto de não sei quantas entidades que aqui foram referidas.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, chamo a sua atenção para o tempo de que dispõe.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

De facto, ao contrário do que aqui disse, este processo de licenciamento de *software* foi todo tratado pelo Governo.

Como eu estava a dizer, foram à China, fizeram a cerimónia de 30 de Julho, o convite Magalhães, criaram a Fundação, cinco dias depois, com um fim-de-semana pelo meio, sem que houvesse alguma coisa assinada mandaram as características do computador, entregaram computadores sem contratos, assinaram os contratos depois, pagaram os computadores e, agora, vêm dizer-nos que foi tudo transparente?! Isto nada teve de transparência!

O Sr. Eng.º Mário Lino disse aqui, da última vez que cá esteve, que o Sr. Secretário de Estado tinha delegação de competências, era a ele que competia. E acrescentou: «Eu tinha uma orientação política geral, intervimos em várias reuniões quando elas eram mais quentes ou mais difíceis». Já agora, gostava de saber se esteve presente nas duas reuniões de 22 e de 25 de Julho, as que antecederam a cerimónia de assinatura e onde foram discutidas, segundo os operadores que aqui estiveram e segundo os

fabricantes dos computadores, as características do computador que veio depois a constar dos acordos posteriores. Gostava de saber se esteve nessas reuniões.

Já percebemos que o Sr. Eng.º Mário Lino só dava orientação geral. Ou seja, nós já tínhamos descoberto quem era o «alfaiate» que tinha definido as características.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado, ainda vamos ter uma segunda volta de perguntas.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Faltava-nos saber quem foi o «estilista», mas já percebemos quem foi: o Eng.º Mário Lino!

A última pergunta que tenho para lhe fazer é no sentido de saber se acha ou não que os operadores mentiram quando aqui disseram que só havia um computador disponível no mercado que cumprisse todos os requisitos fixados pelo Governo e se reconhece que se enganou quando disse, em Junho de 2009, que o Estado não pagou nada relativamente ao processo do e.escolinha e que tudo isto ia ser suportado integralmente pelos operadores.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Eng.º Mário Lino, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado Jorge Costa, acho espantoso como o Sr. Deputado, depois de tudo o que já se ouviu, que se leu e que está nos documentos, diz que a Fundação foi uma coisa que apareceu num ofício do Sr. Secretário de Estado. Não consigo perceber, mas, olhe, paciência!

O Sr. Deputado sabe que, nas propostas, o operador diz: «Vamos fazer uma fundação, e o Sr. Deputado esqueceu; nas actas da reunião da UMIC, diz-se: «Deve avançar-se para uma fundação, e o Sr. Deputado esqueceu; o Sr. Ministro Carlos Tavares faz um despacho a dizer: «Estes 25 milhões são para entregar a uma Fundação para a Sociedade da Informação, assim chamada, que o Governo está a criar, e o Sr. Deputado esqueceu; depois, há umas reuniões em que se fala de fundação, e o Sr. Deputado esqueceu...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Eng.º Mário Lino, antes disso, os senhores constituíram um Fundo para a Sociedade da Informação.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas eu estou só a responder à sua pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É que, nesse passo, há um fundo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado concluiu daqui que ficou demonstrado que a Fundação apareceu pela primeira vez num ofício do Sr. Secretário de Estado. Eu disse que a Fundação apareceu pela primeira vez nas propostas dos operadores. Isto é o que consta dos factos.

Segunda questão, a Fundação, quando é concretizada pelo Governo, é por acordo com os operadores e por isso é que eles o subscrevem, com a criação da Fundação, os seus órgãos etc., porque, se não estivessem de acordo, não tinham assinado.

Sr. Deputado, é completamente falso que alguma vez eu ou o Sr. Primeiro-Ministro tenha dito que o Governo não tinha nada a ver com isto. Não! Não é nada a ver com isto!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, tem de mostrar essas declarações, porque...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está na acta!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Na acta, nada! Qual acta?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Na acta de 25 de Junho da Assembleia da República. Foi no Plenário! No debate mensal.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Que o Governo não tinha nada que ver com a existência do Programa e.escola?! Não! Não tem nada a ver com a compra de computadores! E continuo a dizer! Vai ficar na acta de hoje, é de tomar nota: o Governo não tem nada a ver com a compra de computadores, nem para o e.escola, nem para o e.escolinha! Pode ficar na acta.

Ajudo, porque não sou só eu que digo isto. O Sr. Deputado conhece um comunicado conjunto, feito pela Sonae, TMN, Vodafone e pelo Ministério, chamado «Esclarecem», de 1 de Julho de 2009, e que diz assim: «Relativamente à aquisição de computadores ou outro material integrado nas ofertas dos operadores do Programa e.escola, que incluem a iniciativa e.escolinha,...», dizem os operadores — assinado, Sr. Deputado — «... a responsabilidade pela sua aquisição é dos operadores, que disponibilizam tal oferta, não havendo qualquer...», diziam os operadores, «... intervenção do Estado ou da Fundação neste processo, para além da fixação das

especificações técnicas e do custo máximo». Repito: «para além da fixação das especificações técnicas e do custo máximo»!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Esse é o «fato»!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Não é o «fato»!

Sr. Deputado, o que aqui diz é que, na compra, foram só os operadores; na outra, foram os operadores e o Estado. O Estado entrou na outra. Mas não foi o Estado que as fixou, porque, sobre isso, o Sr. Deputado tem outro documento, também assinado pelas partes, que já há pouco lhe li, que é o acordo ou protocolo feito entre o Ministério das Obras Públicas, a Sonae, a TMN, a Vodafone e a ZON, que está assinado por mim, pela Sr.ª Ministra da Educação e por todos os operadores, com as páginas todas rubricadas, e onde estão as características técnicas, que ontem o Sr. Secretário de Estado vos distribuiu. Estão aqui! «Equipamento informático», cá está a lista das...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É a mesma referência que está no comunicado conjunto. Quem fixou essas características técnicas que eles assinaram foi o Estado.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Se eles assinaram, foram eles, Sr. Deputado! O Sr. Deputado não pode dizer... Quem fixou foi o conjunto, se não teriam assinado. Quando se assina, assume-se! O Sr. Deputado é que, se calhar, assina coisas sem a sua responsabilidade!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não, não! Não vale a pena atirar areia para os olhos!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não vale a pena! É que o Sr. Deputado quer...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estamos a falar da iniciativa, não estamos a falar da responsabilidade. Estamos a falar da iniciativa.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A iniciativa, para si, é que é a coisa relevante!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Para esta comissão é. Do meu ponto de vista, é.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ah! A iniciativa...! Quer dizer, quem é o responsável e o...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A pergunta é: de quem foi a iniciativa?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu não sei! A iniciativa do novo *Magalhães* pode até ter sido do meu motorista ou de outra pessoa qualquer. Para mim, é irrelevante. O que interessa é que se eu a assumi, passou a ser minha. Quem teve a ideia, já não interessa para nada, porque ou a achei boa ou a achei má! Essa coisa da ideia não consigo perceber... O Sr. Deputado passa a vida a fazer coisas, com certeza que alguém lhe sugeriu e depois...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Vamos comparar isto com uma empreitada de obras públicas.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, senhor! Vamos lá!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Quando fazem um concurso, para a empreitada de obras públicas, o dono de obra define o projecto, faz a especificação das características técnicas, do caderno de encargos, das condições gerais, das condições técnicas especiais, etc.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E ele assina!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Faz o concurso!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E ele assina!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Depois, contrata um empreiteiro; assinam o contrato. O que o Sr. Engenheiro está a dizer é que, depois de assinar, ele é responsável pelo projecto, pelas condições técnicas, etc.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E é!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não é, não é!

O que aqui está a dizer é que o empreiteiro, depois de assinar o contrato da empreitada, passa a ser o responsável — passa também a assumir — pelo projecto que o dono de obra mandou fazer ao arquitecto, ou pelas condições técnicas especiais.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Nós sabemos que não é assim. Não vale a pena baralhar isto.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu não percebo nada do que está a dizer! Não percebo nada do que está a dizer!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estes senhores estão a tentar baralhar. Estes senhores estão a tentar baralhar tudo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O que o Sr. Deputado está a dizer é que uma pessoa assina uma coisa e não é responsável por ela?!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não, não estou a dizer isso!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não estou a perceber. Não consigo perceber!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Engenheiro, o que estou a dizer é que, se compararmos isto com uma empreitada de obras públicas, o dono de obra manda fazer o projecto e lança um concurso. O concurso tem programa do concurso, caderno de encargos, condições técnicas especiais, etc. Depois, seleccionam a proposta mais vantajosa e fazem um contrato.

Aplicando o seu raciocínio, o empreiteiro, que assina o contrato com o dono de obra, passa, a partir desse momento, pelo facto de ter assinado o contrato de empreitada, a ser responsável pelo projecto, pelo caderno de encargos, que estiveram na base do lançamento do concurso. É disto que estou a falar,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Posso responder?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Deixe-me terminar, que é para depois perceber.

Estamos a apurar de quem é a responsabilidade de ter elaborado o caderno de encargos, de ter elaborado o projecto, o «fato», como temos dito. E esse é, inequivocamente, o Governo.

O Figo também assinou um contrato.

Risos.

Não vamos por aí, porque a questão que se passa aqui é saber de quem é a responsabilidade de ter elaborado o projecto.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, vou responder-lhe a essa pergunta. Se o contrato com o empreiteiro disser assim: «O empreiteiro por esse contrato assume a responsabilidade do projecto, o empreiteiro também é responsável». É o que diz este contrato: «Nós estamos de acordo, concordamos, achamos que devem ser essas as características técnicas», portanto, passaram a ser as características técnicas.

Quem foi da ideia, não sei! É irrelevante! Se foi um assessor do meu Gabinete ou...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Caiu do céu!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não caiu do céu, Sr. Deputado! Alguma coisa caiu do céu?! Só caiu do céu a ideia desta Comissão de Inquérito que vocês fizeram, esta é que deve ter caído do céu, porque isto não caiu do céu, Sr. Deputado.

Há trabalho conjunto e formulam-se umas características técnicas e os operadores assinam um documento a dizer: «Estas são as características técnicas». No exemplo que o Sr. Deputado está a dar, o empreiteiro não diz: «Nesse projecto, nós assumimos a responsabilidade».

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Diz, diz! Até rubricaram as folhas! Assinaram e rubricaram. Está cá! O senhor leia!

Mais, até diz que se os operadores quiserem...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Podem alterar!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... podem propor alteração. Eles é que podem propor alteração.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não diz!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não diz?! Diz! Está lá escrito e assinado!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não é isso que está em discussão. Não vale a pena baralhar.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, podemos serenamente continuar com os trabalhos...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não tem nada a ver...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Eng.º Mário Lino, faça favor de continuar com os seus esclarecimentos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estão a tentar baralhar uma coisa que é...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estamos a falar do «fato» e do «alfaiate».

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não estamos,...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, o Sr. Eng.º Mário Lino estava no uso da palavra...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas nós não estamos aqui a falar de «fatos», estamos a falar de produto que faz o «fato»!

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — O Sr. Eng.º Mário Lino estava no uso da palavra, estava a responder à questão...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, lamento que só esteja a interpelar-me, quando estou a fazer uma interpelação.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Estou a interpelar ambos...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — O Sr. Eng.º Jorge Costa já interrompeu três vezes o Eng.º Mário Lino...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Fui eu que fiz as perguntas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — ... e V. Ex.^a só agora...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, nesta Comissão tem sido prática, tem sido hábito que quem faz as perguntas pode precisar os esclarecimentos que vão sendo dados.

O próprio Partido Socialista se tem insurgido, e bem, a meu ver, quando esta regra é infringida e está a tentar infringi-la neste momento.

Quando o Eng.º Mário Lino estava no uso da palavra e estava a esclarecer de uma forma que eu acho que é...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, posso fazer uma interpelação à mesa?

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Como V. Ex.^a disse, a verdade ou a prática, nesta Comissão tem sido só uma e inflexível. Era isto que eu queria dizer.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como eu estava a dizer ao Sr. Deputado Jorge Costa, sobre a Fundação, já se sabe qual é a história. O Governo nada teve a ver com a compra de computadores, não foi o Governo que comprou computadores a quem quer que seja, diz o Governo, dizem os documentos e dizem os operadores.

Sr. Deputado Jorge Costa, depois não diga que eu não respondi às perguntas...

O Sr. Deputado diz que os operadores referiram que ainda tinham dinheiro das contrapartidas. É falso, como sabe. Também pode ler nas actas. A Vodafone diz que já não tem.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É só essa!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Então, o senhor afirmou que os operadores disseram que tinham. Não é verdade!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Dois dos operadores...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Tinham ainda?!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, sim!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ou seja, não tinham, mas desses já uma parte está comprometida.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Esses eram os montantes!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu sei! Eram os montantes gastos, mas, como sabe, todos os dias e até ao final de um ano depois da última entrega,

há que apurar quantas ligações foram feitas e há dinheiro que se vai buscar às contrapartidas... Estas contas estão longe de estarem feitas, Sr. Deputado. Não sei...!

O que sei é que há operadores que não têm contrapartidas e os que ainda têm é uma parte residual. Além disso, este programa mostrou que, não havendo exigências de se fazer ligações, o número de ligações a fazer é muito reduzido. Isto provocou uma alteração ao programa e o Governo actual entendeu, e parece-me bem, fazer essa alteração.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Eng.º Mário Lino, só para que conste da acta, a Optimus disse que tinha 74 milhões de euros e, a TMN, 14 milhões, o que dá 88 milhões de euros. Isto à data de 21 de Dezembro de 2009.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas não dá! Os 14 milhões de euros da TMN não dão para fazer o programa que a TMN quer, como calcula!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — 88 milhões...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não são 88, Sr. Deputado!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Se o programa custou 50...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é, não é assim, Sr. Deputado! O que o Sr. Deputado quer é pôr os computadores todos da Optimus, se calhar.

A TMN só tem 14 milhões de euros. Como a sua expectativa é vender 60% ou 80%, como foi no passado, dos 50 milhões, precisa de 40 e só tem 14 milhões de euros. Não tem dinheiro das contrapartidas, Sr. Deputado, nem a TMN, nem a Vodafone e mesmo a Sonaecom, que é

aquela que terá ainda algum dinheiro. Tudo isto, quanto é que tem, se vai apurar no final, depende das ligações que forem feitas.

Portanto, estamos num figurino completamente diferente.

O Sr. Deputado diz que entrou dinheiro da Fundação para os operadores. Ó Sr. Deputado, não o quero desmentir, porque há muitos meses que não estou no Governo, mas não conheço nenhum cheque passado pelos operadores à Fundação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Só tirando os 25 milhões!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Só tirando os 25 milhões, claro! Não conheço! Não conheço! O senhor conhece algum? Viu algum cheque?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está nas contas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não está!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está, está!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado falou em dinheiro.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, exactamente! Em dinheiro.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Há encontro de contas!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, mas é dinheiro! É dinheiro!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Há encontro de contas documental...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É dinheiro! Uma coisa é tesouraria, outra coisa é... Saiu algum produto? A Fundação vendeu alguma coisa aos operadores? A Fundação forneceu alguma coisa aos operadores em troca disso?

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Há um encontro de contas que a Fundação faz em representação do Estado daquilo que são os compromissos que cabem ao Estado pagar e daquilo que cabe ao Estado pagar aos operadores.

O Sr. Deputado também faz uma afirmação daquelas que se dizem para o ar, mas que não tem qualquer prova. Diz que o preço foi combinado com o fabricante. O senhor é capaz de provar isto?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não! Eu não fiz a afirmação, eu perguntei...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Perguntou, não! O senhor afirmou que o preço tinha sido combinado com o fabricante. É ouvir a gravação.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Ó Sr. Eng.º Mário Lino, aliás, repeti a pergunta que fiz ontem ao Secretário de Estado: por que é que o preço foi de 213 €? Por que é que não foi de 210 € ou de 215 €?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Se tivesse sido de 210 €, o senhor perguntava: por que não foi de 213 € ou de 215 €?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Exactamente! Por isso perguntei: «Foi combinado?» Por isso, perguntei. De onde surge o valor? Por que é que surgiu o valor? Os senhores fizeram reuniões, fizeram tantas reuniões,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O preço, já lhe disse que o preço estava abaixo daquilo que a própria...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Combinaram tudo e mais alguma coisa, combinaram a cerimónia, o pagamento da cerimónia, combinaram tudo e mais alguma coisa, só perguntei se também combinaram o preço do computador. Foi isto que eu perguntei.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está esclarecido que o preço foi fixado, como foi fixado no e.escola. Também pode perguntar, por que é que foi 554 € e não foi 496 €. Não sei! Os técnicos fizeram as contas e acharam que, em relação ao preço de mercado, era um valor que se poderia pôr como limite, como limiar, e, depois, ou aparecia, ou não aparecia. Aliás, o contrato diz: «Se o mercado vier a evidenciar que não é possível atingir aquele preço, os operadores podem propor um novo preço», mais alto, porque senão ficava vazio. Mas não, o mercado tinha computador.

Quanto às licenças para a Microsoft, já lhe foi explicado, e o Sr. Deputado também tem a obrigação de saber, que o Governo, contrariamente ao que os senhores disseram, não contratou, nem comprou nenhuma licença à Microsoft. O Governo fez o que devia: através de protocolos, de acordos que estabeleceu com vários fabricantes de vários equipamentos e acessórios, etc., criou condições para que os fornecedores

de equipamento pudessem ter condições para adquirir a preços mais baixos as licenças. O que o Governo fez foi estabelecer um acordo com a Microsoft, segundo o qual o Governo mostrou o empenho e a importância para o País deste Programa e escola, e convenceu, chegando a acordo, a Microsoft de que ela, aos fornecedores de equipamentos que usassem o seu *software* para este programa, faria melhores condições. Depois os operadores e os fornecedores de equipamentos trataram com a Microsoft, o mesmo se passou com os outros. O Governo não fez nenhum contrato, não comprou licenças a ninguém, o que garantiu, como lhe devia, foi encontrar condições melhores de fornecimento desses equipamentos ou desse *software*, para que o produto final fosse mais barato, para que os portugueses pagassem menos, pelo computador.

Sr. Deputado, não há aqui nenhuma contradição. O Governo continua a dizer que não definiu a Fundação; o Governo acordou com os operadores da Fundação. Ficaram muito satisfeitos com a solução, que não era nova, já vinha detrás, e eles até estiveram a explicar (também ouvi essa audição) por que é que esta solução era boa, porque, como a Fundação tem de fazer as tais não sei quantos milhões de operações de auditoria de todo este processo da inscrição, se o menino existe ou não, se o computador chegou ou não, tudo isto implica conhecimento de dados técnicos e de organização interna de cada um dos operadores, que nenhum deles queria dar a conhecer aos outros. Portanto, o Governo servia como entidade neutra, neste aspecto, fazia as contas e dizia a todos como é que as coisas estavam, sem que cada um tivesse acesso à informação que o outro não queria que tivesse.

Portanto, Sr. Deputado, os resultados são bons, porque o programa está bem feito. Não é um programa mal feito que deu uns excelentes resultados, como os senhores agora querem fazer crer. Não!

Foi um bom programa, bem executado, e que teve uns excelentes resultados. Mais, conseguiu fazer uma coisa que nunca se tinha feito e, se tivéssemos na mesma, hoje não estaríamos aqui a discutir, porque, nessa altura, a comissão parlamentar não se lembraria de perguntar ao Governo por que é que isto continuava tudo na mesma. Provavelmente, ainda estaríamos à espera de dar utilização aos 25 milhões de euros e às contrapartidas ou, então, teríamos gasto essas contrapartidas, como uma parte delas se gastou, a vender telemóveis a preços mais baratos, o que, tendo algum interesse, não é aquilo que parece ser de maior prioridade para o desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas falta dar resposta à questão sobre as suas declarações de Julho de 2009, de que o Estado não paga nada e que iria ser tudo suportado pelos operadores...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Perfeitamente!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Portanto, reconhece que se enganou nas previsões?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim! Já tinha dito que as minhas previsões, as minhas e as dos operadores, relativamente à venda de ligações para o e.escolinha ficaram abaixo ficaram abaixo das nossas expectativas. Mas também lhe disse que, relativamente ao Programa e.escola, ficaram acima das nossas expectativas.

Por isso é feito um balanço, Sr. Deputado. Eu não tenho os números, já saí do Governo há quase seis meses, mas vou repetir-lhe o que já disse: se olhar para o programa no seu conjunto (para o conjunto do Programa e.escola, com as suas variantes, e.professores, Novas Oportunidades,

e.escolinha, etc.), para quanto é que o Estado teve de pôr, verifica que o valor que o Estado pôs é praticamente igual, deve andar muito próximo, àquilo que correspondeu ao desconto da acção social escolar.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Corresponde! É muito simples fazer essa conta.

O que o Estado pôs foi o somatório dos bónus da acção social escolar. Se é verdade que, no e.escolinha, as ligações ficaram abaixo, também é verdade que, no e.escola, as ligações ficaram acima. Como as contribuições dadas através das ligações davam para pagar o computador todo, as ligações, etc., no conjunto, foi isso que deu.

Não tenho números agora aqui, como calculará, mas é verdade, Sr. Deputado, a nossa convicção era a de que este Programa iria ser todo financiado pelas contrapartidas e pelo dinheiro pago pelos beneficiários. E assim é, no geral, à excepção da parte que é dos benefícios que a acção social escolar resolveu dar aos beneficiários, dizendo-lhes: «vocês aqui não pagam nada, o Estado paga por vocês»! E foi isso que pagou.

Se o senhor quiser ver no 1.º ano, no 2.º ano, no e.professores, no Novas Oportunidades, no 11.º ano, se calhar, aqui haverá diferenças, de umas coisas para as outras, mas, globalmente, o programa é assim. Globalmente, o programa foi suportado pelas contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, lembro os Srs. Deputados de que já estamos em cima do meio-dia e que temos plenário à tarde, pelo que hoje não podemos repetir uma audição de 7 horas.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tentarei ser breve, até porque temos um conjunto de factos provados na nossa Comissão, quesitos que já estão provados, pelo que já não adianta repetir, importa só aclarar algumas matérias.

Começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Mário Lino, é com gosto que o temos aqui novamente, e por dizer que não está cá por aquilo com que concordamos, como os bons resultados do Programa e.escola — sempre o disse e repito-o agora —, a boa vontade do Programa e.escolinha e os objectivos que se propunha atingir. Não está cá por causa disto, dou-lhe até os parabéns por um tão grande número de portugueses ter hoje acesso aos computadores. O problema está no caminho feito.

O PS diz: «Bom, está aqui porque fez!» Há os que fazem bem! Há os que fazem mal! Há os que fazem segundo as regras! Há os que fazem fora das regras! E há os que não fazem! Eu sou dos que prefiro fazer, e, normalmente, tento fazer bem. Se V. Ex.^a tem feito as coisas bem, não estaria aqui, nem havia Comissão de Inquérito, tão simples quanto isto. Portanto, por não ter feito as coisas ou por não ter dado, pelo menos, explicações que nós, ao longo deste tempo, fomos conseguindo obter. Ou seja, bastava ter sido dada uma explicação simples, directa, coerente para que esta Comissão de Inquérito não fizesse sentido.

Na altura, também disse «não há nenhum acordo...!». Às vezes, são estas afirmações voluntariosas: «não há nenhum acordo, nenhum papel, nenhum memorando, nada assinado!» que, depois,... Eu mostrei um memorando da Intel, assinado por V. Ex.^a, que, inclusivamente, já tivemos a oportunidade de o ler todo, e também já tivemos a oportunidade de ouvir a Intel. E é sobre isto que quero fazer perguntas.

Esse memorando definia a criação de um centro de competências para Portugal, que, no fundo, seria um modelo e fonte de informação para o desenvolvimento e expansão de projectos e que trazia, de facto, para as empresas portuguesa uma vantagem. Gostava que nos dissesse, uma vez que foi um dos que assinou, qual é o entendimento que faz para a não execução do acordo com a Intel. Não lhe parece que isso prejudica o Estado português? Esta é a primeira pergunta que quero formular.

Também nos disse aqui, em resposta a uma pergunta minha, que «isso e.escolinha e *Magalhães* aparece *en passant* nos documentos...»! Nós temos nos acordos com a Microsoft, «iniciativa e.escolinha», «Aliança e.escolinha»... Temos em todos os memorandos, até no memorando da Intel, no preâmbulo, aparece «iniciativa e.escola», ou seja, o e.escolinha...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, no Intel não aparece o e.escolinha.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aparece *Magalhães*!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É o e.escola!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aparece iniciativa *Magalhães*. Não trouxe o acordo comigo, mas também é fácil de...

O Presidente da JP Sá Couto disse aqui que registou a marca. V. Ex.^a ainda agora disse «é uma marca assumida pelo povo», também já houve quem dissesse «é uma marca do povo», e é um facto que toda a gente a identifica hoje, é uma marca com uma força... O *Magalhães* é o núcleo essencial da marca, é como a garrafa da Coca-Cola, se retirarmos a garrafa aquilo perde... Ou seja, aquilo tem valor económico.

Pergunto: fizeram algum acordo com a JP Sá Couto? Há algum memorando de entendimento? Houve alguma conversa para que depois o

Governo pudesse utilizar o nome *Magalhães* em todos os seus acordos, em todos os seus documentos, uma vez que a marca é de uma empresa privada e está registada por essa empresa. Pode ter sido só uma conversa, uma parceria legítima, mas é uma pergunta que também me parece que ajuda os nossos trabalhos.

Ainda sobre as verbas (já não vou cometer o *lapsus linguae*, já cometi outros ontem), há algumas operadoras que dizem que ainda têm verbas e há a origem do dinheiro. Repetiu aqui uma afirmação da primeira audiência: se houvesse essas verbas, tê-la-iam posto nos orçamentos, obviamente que, com as dificuldades da altura, teria dado muito jeito...» Enfim, não sei... Olhando para o orçamento do Ministério das Obras Públicas, também lá não aparecem as verbas das Estradas de Portugal. Estão desorçamentadas! É um exemplo.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não aparecem, nem tinham de aparecer!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP) — Nem tinham de aparecer.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não acho! Vou fazer-lhe uma pergunta.

Por exemplo, a PT diz que tem ainda verbas e até diz que tem nas suas contas — é uma empresa cotada em Bolsa, e, portanto, basta ir à *net* ver as contas — até 2015... Depois, corrigiu, porque nas contas diz 2015, mas aqui, na audição, disse que era até 2019. Portanto, ainda tem um prazo longo.

Sabe o que é que a PT diz? Diz que estas verbas...

O Sr. **Presidente** — Sr. Deputado, se me permite, em contacto posterior com o Presidente da PT, ficou mesmo confirmada a segunda data que ele afirmou aqui, na Comissão de Inquérito.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP) — 2019!

Portanto, o que diz é que se referem a compromissos assumidos pela TMN no âmbito das licenças UMTS.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é nada parecido!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não. Portanto, são verbas quantificadas para um compromisso com o Governo e as empresas, todas elas assumiram, excepto a ZON, que quis entrar com 1 milhão de euros, que eram compromissos devidos ao Estado, acordos...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP) — Não, são verbas! São verbas que estão nas contas...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Algumas das verbas fazem parte, elas estão especificadas, mas não vou ler tudo.

O que prova que as empresas assumiram que estas verbas, ou esta quantia, eram compromissos que deviam ao Estado e que iam realizar de várias formas, como também já aqui conseguimos provar e explicar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP) — Dirá isso depois na resposta. Não é o meu Governo que está em análise, esse foi sancionado nas urnas e já teve a sua oportunidade de ser fiscalizado. Estamos agora a fiscalizar o Governo a que V. Ex.ª fez parte.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se não consegue explicar as acções do Governo de que V. Ex.ª fez parte, diga: «Não consigo explicar!» Faça como a Ministra da Educação! Depois, podemos discutir o nosso. Mas estamos aqui a discutir o seu. Portanto, cada um a seu tempo.

Fez aqui uma afirmação sobre a Fundação (e esta Comissão tem a ver com a avaliação da Fundação)... Continuamos com sérias dúvidas quanto à forma como ela é gerida. Aliás, todas as operadoras disseram: «Se geríssemos as nossas empresas como a Fundação é gerida estávamos muito mal». O Presidente da Vodafone disse mesmo que ela está muito longe dos critérios de qualidade. Aliás, V. Ex.ª disse aqui, na parte final: «Eu gostaria que fosse de outra maneira... Ela funciona mal...».

Até à data continuamos sem planos de actividades para 2010, sem orçamento para 2010, há dívidas da Fundação às operadoras...

Estando ainda a Fundação a funcionar provisoriamente nas instalações do Ministério das Obras Públicas, como ontem provei com vários assessores e pessoas ligadas ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado, a exercerem funções na Fundação, gostava de saber se acha, ou não, que já era tempo de a Fundação ter uma outra imagem, que, porventura, também teria evitado que V. Ex.^a e outros membros do Governo estivessem aqui. Bastava fazer as coisas de acordo com os próprios Estatutos da Fundação, aquilo que está na escritura.

Passo ao e.escolinha/Magalhães. Já conseguimos provar que são gémeos, do mesmo pai, são amigos, andam juntos na escola, aliás, um sem o outro não andam. O e.escolinha e o *Magalhães* parece-me ser uma coisa... Isto porquê? Eu não tenho nada contra o filme — ontem vimos um, hoje vimos outro, sendo que o de hoje... Não me parece que o Eng.º José Sócrates seja militante do Bloco de Esquerda, portanto, o filme será legítimo. Confesso que não sei qual é a sequências das imagens, não percebo nada disso, mas, hoje, pelo menos, conseguimos ver o *Magalhães* num pedestal, a ser aberto... Hoje, conseguimos visualizar aquilo que todos tentávamos traduzir por palavras.

No entanto, há uma coisa que eu acho estranho. O Sr. Engenheiro diz que o acordo está assinado. É evidente que está assinado com todos os operadores, mas em Fevereiro de 2009 e reporta-se a 30 de Agosto. Isto vem confirmar e pôr no papel uma coisa que, à data, não existia, porque as operadoras disseram-nos aqui... A Vodafone chegou até a falar num *e-mail*, um documento escrito, vindo do Ministério das Obras Públicas, com as especificações do *Magalhães*, no dia 15 de Setembro. Portanto, à data a que se reporta o próprio documento, nenhuma das operadoras confirmou aqui ser conhecedora disso. Aliás, houve até algumas que disseram: «Só ouvimos falar do *Magalhães* no dia 30. Até lá não ouvimos falar!».

Portanto, esse documento, sendo verdadeiro e assinado por todos, apenas vem legalizar uma coisa que, à data, não existia. Senão, diga-me... V. Ex.^a esteve nas reuniões, pelo menos foi aqui confirmado pelo Presidente da ZON, dos dias 22 e 25, ele disse-nos: «Fui a uma reunião, estava lá o Sr. Ministro...» e como não há reuniões com o Sr. Ministro todos os dias, toda a gente foi, não faltou ninguém, ele disse-nos que estava lá toda a gente, e falaram num conjunto de marcas. Estranho por que é que nesse dia não se falou do *Magalhães*. Ele não confirmou que se tenha falado no *Magalhães*. Falou-se de outras marcas. Tem alguma explicação para isto? Por que é que, não se falando nesse dia no *Magalhães*, no dia 30, poucos dias após, o Governo, o Ministério das Obras Públicas, manda *e-mails* para o Pavilhão Atlântico para o «Lançamento do computador *Magalhães*»? E convida as operadoras para o lançar o computador de um só fabricante. Nos dias a seguir, não se lembrou de levar os outros computadores, dizendo: «Bom, há o *Magalhães*, ao qual nos queremos associar, porque achamos que tem boas características, que é um belíssimo produto de uma empresa portuguesa, mas, ainda assim, no dia 22 falamos das outras marcas que também aqui estão. Agora, os senhores escolham, vão ao mercado, optem pelo que quiserem...». O que não poderiam fazer era ter dito, a não ser que me apresente um documento, nesse dia: «Olhe, o *Magalhães* tem estas características. Se me conseguir apresentar melhor...» Ando atrás de uma *task force*, segundo diz o Carlos Zorrinho, que fez as especificações do *Magalhães*. Mas parece que essa *task force* não reuniu no planeta Terra, terá reunido noutra planeta, e, portanto, não se percebe nem quem nem onde.

O Sr. **Presidente** — Sr. Deputado, ontem chegou uma informação à Comissão, e ainda ontem pedi para que fosse distribuída aos Srs. Deputados, sobre essa matéria.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito bem, Sr. Presidente.

Como eu dizia, se me trouxer um documento que no dia 30, juntamente com a apresentação do *Magalhães*, foi entregue com um conjunto de especificações... Não é o anexo de Março de 2009, mas daquele dia... Se assim for, terei de pedir desculpas e dizer «Afinal, havia especificações!» Aliás, até teria de pedir desculpa, porventura, à JP Sá Couto, que acha que eu exagerei na data em que eles tiveram conhecimento. O filme prova que, no dia 30, o Presidente da JP Sá Couto dizia que aquele computador era para o e.escolinha. Vai ter de me explicar como é que ele sabia que era para o e.escolinha, se, àquela data, o Governo ainda não tinha anunciado o e.escolinha, nem nenhuma especificação do e.escolinha. Ontem, o Sr. Secretário de Estado Paulo Campos disse que, nessa data, não havia e.escolinha. Como é que a JP Sá Couto sabia do e.escolinha?! Quem lhes disse? Advinharam?! Eu sei que o Presidente da Youtsu disse que teve um conhecimento empírico. Eu até já consultei algumas cartomantes, não sei se... Não consta empírico na oferta. Não consta! Portanto, alguém tem de me dizer.

Também gostava de saber, porque continuo sem saber quem foi, e estou aqui quase a martirizar-me por ontem ter perdido uma grande oportunidade de pedir ao Sr. Secretário de Estado para fazer o teste do algodão com os computadores que trouxe. Ou seja, as características eram o preço, que já definimos, e a resistência às quedas e aos líquidos. Para testar um daqueles computadores, eu teria derramado um pouco de água por cima de um deles e tê-lo-ia deixado cair, para, depois, ver se ainda continuariam a funcionar, como o *Magalhães*. Eu poderia incorrer em despesas e não queria, mas era o teste do algodão que valia a pena fazer.

Já agora, visto ter sido um responsável, diga-me se, à data (à data, não é agora, porque algumas das operadoras disseram que 15 dias ou um

mês depois conseguiriam fazer um computador), havia uma marca que fosse igual ao computador *Magalhães* em preço, em dimensão e com as mesmas características de resistência à queda e aos líquidos.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado pergunta-me uma coisa e já sabe a resposta. Pelos vistos, àquele preço, não havia mais.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Essa dou de barato. Estou a falar das outras!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Secretário de Estado mostrou nove marcas exactamente com as características técnicas que estão aí...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é agora! Na altura, Sr. Deputado! Na altura, havia nove em Portugal, tirando as que havia fora de Portugal e que não estavam a ser comercializadas no nosso País, mas que rapidamente poderiam ser trazidas, e que tinham as mesmas características técnicas. O Sr. Deputado tem a lista das características e havia muitos computadores que as tinham.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso é que lamento, ontem, não ter posto um liquidozinho num computador e ter atirado um ao chão. Como eu me penalizo!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, como o senhor sabe, a JP Sá Couto registou em seu nome ou, enfim, não sei qual é a expressão...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Patenteou!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente, patenteou! A JP Sá Couto patenteou a expressão «Magalhães» para computadores, não patenteou para nome de cão, para marca de sapatos, para nome de escola, para nome de pessoa. Só patenteou para computador.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Interessante!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Governo nunca utilizou a palavra *Magalhães* para outro computador que não fosse para aquele, que é o *Magalhães*. Agora, a expressão «iniciativa Magalhães» já consta de documentos nossos de 2008, como uma iniciativa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro! O que eu acho é que a JP Sá Couto, inteligentemente, achou que era uma boa palavra e quis usá-la para dar o nome ao seu computador.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso, é que um sem o outro não funcionam, são irmãos gémeos!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado,...

Segunda questão, fomos ao lançamento do *Magalhães*. É verdade, e já foi explicado. Fomos com muita honra e muita satisfação, como fui ao lançamento de muitas outras coisas feitas por empresas portuguesas, ao longo dos quatro anos e meio que estive no Governo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não só foram, como convidaram toda a gente.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É habitual. Acho que todos os governos fazem isso, até mesmo os presidentes de câmaras. Quando vou a uma sessão, por exemplo, de inauguração de um troço...

Sr. Deputado Hélder Amaral, estamos a falar a sério. O Sr. Deputado tem obrigação de saber como funciona.

Se eu for inaugurar um troço de estrada no concelho da Covilhã, quem organiza a cerimónia é o empreiteiro, o concessionário, que é quem passa a ser o dono da obra, porque tem uma concessão, e ele que organiza e paga. O Governo convida algumas pessoas para também lá estarem, assim como o presidente de câmara. Portanto, aparecem lá algumas pessoas que não foram convidadas nem pelo empreiteiro nem pelo Ministério, foram convidadas pelo presidente de câmara, e bem!, porque, como autoridade que é, sente-se no direito de também convidar outras pessoas para lá estarem.

E nós também assim fizemos. A JP Sá Couto quis apresentar o computador *Magalhães* e apresentou-o; e o Governo participou activamente. Primeiro, foi preciso arranjar um sítio, e o Governo tratou de ver se havia um sítio bom para fazer essa apresentação. Fez diligências, encontrou esse sítio e, depois, claro, a JP Sá Couto teve de pagar o aluguer da respectiva sala. O Governo ajudou a encontrar um sítio para a

apresentação de um produto português — e muito bem! — e aproveitou essa data para assinar os protocolos com os operadores.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E convidar também os clientes para as 500 000 razões para...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim. O Sr. Deputado pergunta-me por que é que não convidei... Por que é que não fiz um lançamento? Vou explicar-lhe: os outros nove computadores que já existiam, já tinham sido lançados antes. O *Magalhães* foi o último que apareceu, não foi o primeiro. Não foi o único, nem sequer o único, foi o último, porque todos os outros que estavam no mercado já existiam. Todos foram feitos, e respeito as características do *Magalhães*... Já estavam feitos antes. Também não souberam que as características do e.escolinha iriam ser aquelas, mas eles já lá tinham um computador com aquelas características. Eram nove, Sr. Deputado! Nove! Já antes havia nove computadores cujas características correspondiam aos requisitos do caderno de encargos para o e.escolinha.

O *Magalhães* também respondia, como os outros. Até porque as características que pedimos não eram absurdas, eram características normais, de bom senso, lógicas... Por isso é que havia tantos computadores que as satisfiziam. Havia só uma característica que era mais difícil, Sr. Deputado: o preço. Pergunto: o Sr. Deputado acha que, em vez dos 213 €, eu deveria ter posto 720 €?! Era para ver se... Não estou a perceber!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, Sr. Engenheiro!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Se me perguntar: «por que é que não pôs só 180 €?», eu ainda percebia.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Exactamente! Eu queria que pusesse 180 € e conseguisse explicar o porquê. É que pôs 213 € e não consegue explicar porquê!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Expliquei. Há no mercado resposta para isso.

Se o Sr. Deputado puser 180 €, provavelmente, os operadores iriam dizer: «por este preço não encontro nenhum». Tínhamos de rever. Lá iríamos calhar nos 213 € ou nos 215 €.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A JP Sá Couto vendia, sem *software*, a 285 € no mercado, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas para 500 000 podia fazer esse preço!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E os outros também. Mas o Sr. Deputado está a queixar-se... Acha que a JP Sá Couto não deveria ter baixado o preço?! Não estou a perceber!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, se tivesse lançado um concurso público, dizendo ao País e ao mundo, que o preço base era 213 €, ou até outro mais baixo, não me garante hoje que não aparecesse alguém a dizer que fabricava a 180 €. Não garante!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu faria isso, como o Governo agora vai fazer, se eu fosse lançar um concurso público. Só que o Governo não comprou qualquer computador, nem iria comprar nenhum computador! Como é que ia lançar o concurso público?! Ia lançá-lo em nome dos operadores?! Não percebo essa questão!

Depois, Sr. Deputado, o facto de um determinado operador (já ontem lhe foi explicado isto) chegar aqui e dizer «A Fundação ou o Estado ainda me deve dinheiro...», é uma opinião. É uma opinião! Se o Sr. Deputado considera que isto deve funcionar assim! Qualquer um diz: «O Estado deve-me tanto, está provado. Pague-se». Não! É preciso verificar. Portanto, não sei se deve, se não. Estou a verificar as contas.

Se há dívidas da Fundação aos operadores? Não sei. Já saí do Governo há muitos meses.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pedi-lhe uma análise genérica.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Estou a tentar.

Sr. Deputado, já lhe reconheci da outra vez.

Vamos lá a ver, se o Sr. Deputado me pergunta (e já me fizeram a pergunta, não sei se foi o Sr. Deputado ou se algum outro): «Acha que a Fundação foi, desde o início, uma perfeição no funcionamento?», não, não foi! «Acha bem que a Fundação não tenha as contas aprovadas a tempo e horas?», não, não acho! «Acha bem que a Fundação não tenha, dentro dos prazos previstos, o seu programa de actividades?», não, não acho! Não acho, portanto estamos de acordo.

O Sr. Deputado tem de perceber que a Fundação tem, neste momento, as contas de 2008 e as de 2009 também já tem resultados feitos. Houve algum atraso, mas é um atraso que encontra em muitas empresas,

algumas até cotadas, algumas muito grandes, que marcam assembleias com muito atraso, que têm relatórios e contas com apontamentos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, o que estou a dizer é que se trata de uma estrutura muito pequena.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Faço-lhe a pergunta por que a Fundação funciona em instalações do Ministério, com toda a sua equipa, assessores ou ex-assessores do Gabinete...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — De «toda a sua equipa», são meia dúzia de pessoas, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, o Ministério é o dono, o coordenador, o decisor da Fundação...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso, é que eu acho que deveria, ao menos, assumir alguma responsabilidade numa Fundação que funciona de forma tão caricata, para utilizar o termo mais simpático que me ocorre agora.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, já expliquei que não é caricata, porque se fosse caricata o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas

não teria convidado essa Fundação para um organismo que só tem 17 membros dessa categoria, a nível mundial.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se formos falar das Nações Unidas, então é mais caricato ainda...!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem, mas os Srs. Deputados não podem fazer uma comissão de inquérito para investigar a razão de eles terem ido nomear a Fundação para esse órgão.

Não é caricato, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pessoalmente, acho Hugo Chávez muito mais caricato, e não é por isso que ele deixou de comprar 1 milhão de computadores *Magalhães*.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A Fundação fez uma obra, um trabalho notável, em muito pouco tempo, com muito poucos meios e sem gastar dinheiro ao Orçamento do Estado. Teve alguns atrasos de início, que, penso, são compreensíveis, mas vai, rapidamente, pôr-se em dia, não tenho qualquer dúvida a este respeito.

Portanto, Sr. Deputado, penso que, perante um programa destes, com o resultado que teve, com o que foi feito ao fim de muitos anos de não se ter feito nada, o Sr. Deputado vir eleger, como uma coisa muito importante, o facto de a Fundação ter apresentado o relatório e contas no dia em que deveria apresentar ou três meses depois, apesar de o Sr. Deputado ter razão (a verdade é que deveria ter apresentado antes), parece-me um bocado caricato.

Sr. Deputado, volto a dizer que considero que à tradução financeira dos tais programas especiais, a que temos chamado «contrapartidas», para

facilitar, não corresponde qualquer dívida financeira das operadoras ao Estado, nem nenhum crédito do Estado às operadoras. Por isso, as operadoras não têm, nas suas contas, isso no seu passivo e o Estado também não tem, nas suas contas, isso no seu activo.

É um compromisso que as partes têm, uma perante a outra, como: «comprometo-me a desenvolver vários programas, que vão desde fazer uma Fundação até dar descontos em placas de telemóvel, e não sei o quê, e avalio tudo isto em tantos milhões». Há este compromisso. Só que este compromisso não corresponde a nenhum dinheiro, a nenhuma dívida financeira. Não é dinheiro do Estado. É um compromisso que o Estado tem de exigir que as operadoras cumpram, e foi o que fizemos.

Houve muitas coisas feitas no âmbito destas ditas contrapartidas. Por exemplo, placas para telemóveis para certos estratos da população mais carenciados, as operadoras não fizeram concurso público, foram ao mercado, consultaram. Sei lá como é que fizeram! Compraram, pagaram, era deles. Apontaram e disseram à Comissão de Validação: «Gastei isto nestas placas. De acordo com a nossa proposta, abata lá aos meus compromissos tantos milhões que já estão realizados», e entregaram. Já foi assim nos primeiros compromissos assumidos com os tais contratos feitos ainda no governo PSD/CDS, que balizavam 1 milhão de euros. Também não houve nenhum concurso público, nem tinha de haver. A diferença é que eu não me preocupei em inquirir os Deputados que estiveram ligados aos Governos anteriores sobre as razões de não terem feito concurso público. Eles não tinham nada que fazer, não foram eles que fizeram os concursos. Os operadores é que tinham de fazer. E depois seguiu-se a mesma tramitação.

Não se trata de dinheiro do Estado. O Estado não comprou computadores, o Estado não comprou ligações, o Estado concordou em que aquilo que os operadores gastassem nesse programa pudesse ser contado

para efeitos da satisfação dos seus compromissos para o desenvolvimento da sociedade de informação. Foi isto que fizemos.

Sobre as especificações do *Magalhães*, Sr. Deputado, está tudo dito. O Sr. Deputado tem a lista das especificações e não encontra lá nenhuma que tenha a ver com o *Magalhães*, tal como ontem foi explicado. Não diz que tem de ser azul, com cantos arredondados, que tem de ter tantas gramas...! Nada! São tudo especificações que qualquer computador... Havia muitos com essas especificações.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso fazer a pergunta ao contrário: por que razão é que enviaram às operadoras, no dia 15 de Setembro, especificações para o e.escolinha, se qualquer um servia?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não é qualquer um servia!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Obviamente que as operadoras disseram sempre que se podia adaptar. Por que razão é que se fala numa *task force*...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, eu tinha de mandar especificações. Então, qual era o computador que servia?! Não estou a perceber! Tínhamos de mandar umas especificações, não é?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É evidente que tinham de mandar. É evidente que alguém as estabeleceu e elas chegaram às operadoras, para, depois, elas irem ao mercado encontrar o tal computador. O que não conseguimos saber é quando e quem.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, ouça. O Ministério mandou, mas o que o Ministério mandou foi o que resultou de discussões com os operadores. Ou seja, o Ministério mandou, as operadoras mandaram e responderam com alterações; o Ministério voltou a mandar também com alterações, e assim sucessivamente. Mas aquelas especificações resultam de um acordo das duas partes. E, mais: diz-se nesse protocolo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, disseram, mas eles assinaram. Leia!

A Sr.ª **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr.ª Deputada, está lá escrito, leia!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Por amor de Deus! Acha que os operadores de grandes multinacionais não sabem ler?! Por amor de Deus!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Até sabem demais, está a ver!

Eles concordaram com aquelas especificações e, mais, sabiam que, em função da evolução do mercado, tinham o direito, a possibilidade, de propor alterações àquelas especificações. Nunca propuseram, mas tinham a possibilidade de dizer: «Nós, com este disco, não conseguimos encontrar. Não há no mercado». Bom, então, tem de se alterar. Mas não! Aquelas eram as especificações normais, em linha com aquelas que já tinham sido feitas para o e.escola, embora não fossem todas iguais, em algumas coisas eram adaptadas aos destinatários. O disco tinha menos capacidade, o tamanho do ecrã era menor, etc. Mas eram características gerais, nada tinham de intrigante, não tinham nada que só o *Magalhães* tivesse.

Havia o problema do preço, mas o preço...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E também havia o prazo!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... e o prazo. Mas o preço e o prazo...

A Sr.ª **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente, são características. Mas a Sr.ª Deputada achava que eu deveria ter dado um prazo maior, para ver se o português não ganhava?! «É pá isto assim é uma chatice! A JP Sá Couto vai ganhar com este preço de 213! Se calhar, os outros não baixam! Deixame cá pôr 280 para ver se ganham os outros!» Não estou a perceber, Sr.ª Deputada! Não estou a perceber o seu raciocínio! Não estou a perceber!

Nós pusemos um preço que achamos que o mercado podia responder, e respondeu. Respondeu quem quis e quem não quis...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E na escola não foi estipulado? Ele não baixou...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas o concurso, Sr. Deputado...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Quem? Os operadores?! Tinha de dizer aos operadores para fazer concurso...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Estado!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, o Estado não tinha de fazer concursos. O Estado não comprou computadores.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — 436 milhões de euros que...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, o que tenho a dizer é que o Governo a que o senhor pertenceu, nem com concurso, nem sem concurso, não fez nada!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não é isso que estamos a discutir.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem, mas estou eu! O senhor discute o que quiser e eu também.

O que o Sr. Deputado me está a dizer é que tem uma ideia agora muito boa, de que se deveria ter feito de outra maneira. Podia ter dado essa sugestão ao seu Governo, até porque o senhor estava no Governo, para fazer dessa maneira excelente. Não fizeram de nenhuma maneira, nem com concurso, nem sem concurso...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso é demagogia!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que não dialoguem.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Esta Comissão tem um objecto concreto, isso é demagogia!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa,

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É uma verdade...!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É a próxima comissão de inquérito.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Portanto, Sr. Deputado, de tudo o que o senhor disse, concordo consigo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Em tudo, presumo!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Em tudo não! Já lhe expliquei que o Estado apresentou o computador *Magalhães*, com muito orgulho e satisfação. Era um computador português, foi muito importante. Deu

trabalho a muitos portugueses e a outras empresas e está a desenvolver o nosso *know-how* nesta matéria.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nisso também concordo com V. Ex.^a.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ainda bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Agora só precisava que me explicasse a reunião do dia 22 e o acordo com a Intel.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Foi bom e acho que o Estado fez bem.

Sabe que eu, antes ou depois (já não me lembro bem), também estive no lançamento de um produto da Fujitsu, que nem sequer é uma empresa portuguesa.

Agora, neste caso, tivemos um especial carinho com o *Magalhães*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, eu sei, tanto que nos dias 22 e 25 falou em todas essas marcas, pelo menos, foi-nos confirmado aqui pelo Presidente da ZON. Sabemos que esteve e que sabia delas. O que é estranho é que, no dia 25, havia zero de *Magalhães*, mas já deveria haver convites no correio, porque o pedido do Pavilhão era de 27 a 30. Portanto, no dia 25 já deveria haver esses convites do seu Ministério para apresentar o *Magalhães*. Mas, enfim, foi um lapso.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, a apresentação do *Magalhães*...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso, perguntei se esteve nessa reunião e por que é que isto tudo aconteceu. Por que é que, nessa reunião, não falaram do *Magalhães*, nem aproveitaram para convidar os operadores presentes para a cerimónia?

Sobre o acordo da Intel, também gostava de saber a opinião de V. Ex.^a.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado quer que eu lhe explique o que se tem passado nos últimos seis meses no Governo?! Não posso responder! Tem de perguntar ao actual Governo como é que está a implementação do protocolo com o *Magalhães*. Acho que já perguntou e já lhe responderam. Vir-me perguntar é que não faz sentido.

Aliás, parece evidente que um dos grandes objectivos do acordo com a Intel era trazer uma entidade como a Intel (uma multinacional com a competência e o *know-how* da Intel em matéria de comunicações) para Portugal e estava, de certa maneira, materializado no acordo que deu origem ao *Magalhães*. Daí o apoio da Intel a uma empresa portuguesa para produzir um computador em Portugal e, agora, também fez contratos com outras empresas portuguesas para lançar outras coisas no mercado mundial.

Foi concretizado, teve uma concretização por essa via, mas há seis meses que não acompanho a concretização destes protocolos. Mas o protocolo vale, porque é uma política e uma intenção.

Fizemos protocolos destes com muitas empresas. Fizemos a propósito do e.escola, a propósito das redes de nova geração. O Sr. Deputado sabe a quantas cerimónias, reuniões e protocolos participei com empresas como a Cisco, e outras, para apoiarem as empresas portuguesas e o país no desenvolvimento das chamadas redes de nova geração, que estão, neste momento, a ser colocadas nas zonas rurais e no país em geral, etc.?

Portanto, sobre a Intel não posso dizer-lhe mais nada. Penso que fizemos um bom acordo e pusemos a Intel a dar atenção a Portugal e a envolver-se com empresas portuguesas.

Portanto, Sr. Deputado, penso que respondi a todas as perguntas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Até a outras que não fiz.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Até a algumas que o Sr. Deputado não tinha feito. Já adiantei a segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, começo por dar as boas-vindas ao Sr. Eng.º Mário Lino e por agradecer a sua disponibilidade.

Sr. Engenheiro, começo por dirigir-lhe uma crítica.

Ontem, ouvimos, aqui, uma tese, que é preocupante, a de que o Governo (bem sei que, agora, não falamos com um titular do Governo, mas a sua associação ao mesmo é inevitável) dá um mau exemplo de comportamento, do ponto de vista social, ao dizer que está aqui porque fez. Dá a ideia de que pode fazer-se tudo, porque o que interessa é o fim, e, portanto, podemos usar qualquer recurso. Esta é uma ideia que, a nosso ver, não é verdade, e digo-o sem tecer qualquer juízo de valor sobre as consequências destes programas que virão a ser apuradas, as positivas, as negativas, as boas e as menos boas.

O que importa é que façamos, mas façamos dentro dos procedimentos de lisura e transparência, e a Comissão está aqui para avaliar não os efeitos mas, sim a forma processual que o Governo escolheu.

Desde já, gostaria de dizer que, embora nos interesse ter conhecimento sobre todas as questões que têm sido colocadas em cima da

mesa, há algo bastante mais preocupante para nós, que é o facto de o Estado português agir como um agente comercial de empresas. Isto, de facto, é preocupante, particularmente quando se trata de grandes multinacionais, com as quais o Estado assina um conjunto de protocolos. Dir-me-á que não têm validade jurídica. Outras pessoas, algumas delas já passaram por esta Comissão, terão outra opinião e entendem que, inclusivamente, podemos todos, o Estado português, como as outras partes, nos protocolos e nos memorandos, serem chamados à responsabilidade por os terem assinado. Dirá que são apenas entendimentos estratégicos, mas há outras pessoas com outra opinião.

Quero também dar uma primeira nota sobre uma discrepância muito significativa. Ontem, o Dr. Paulo Campos disse-nos que tinha ficado muito espantado com o facto de o «perdão» da dívida, resultante da desistência da OniWay, ter resultado apenas em 25 milhões por outras empresas. Disse-nos, agora o Sr. Engenheiro que está de acordo, que foi uma boa opção.

Pergunto: entende que esta foi uma boa opção?

À semelhança do que se ouviu ontem — aliás, parece praticamente o mesmo discurso, com as mesmas linhas de argumentação, de tentativa de deflexão do assunto —, também entende que foi por causa deste Governo que tudo isto começou, em 2005? As operadoras disseram-nos que o lançamento comercial do produto seria em 2005. Aliás, há, inclusivamente, uma operadora que refere que esse atraso deve-se não às definições das contrapartidas com os governos mas, exclusivamente, a problemas de montagem, por parte das operadoras, daquele negócio, daquele mercado.

Portanto, o Governo, na verdade, de, duas, uma: ou assume o e.escola e o e.escolinha como um programa seu e isto justifica que ande por aí a fazer propaganda com o programa, inclusivamente eleitoral, ou, então, assume a outra tese, dizendo: «Não temos nada a ver com isto. Isto é das operadoras. Nós fomos apenas quem validou as contrapartidas».

Agora, isto é «sol na eira e chuva no nabal»! Para umas coisas foi o Governo, para outras, o Governo nada tem a ver com isto! Isto é tudo das operadoras, as operadoras é que escolheram as máquinas. Mas, curiosamente, foi o Governo que apadrinhou o *Magalhães*, e é o Governo, como já ficou demonstrado à exaustão... Diria que quase já nem vale a pena falarmos mais sobre isto, porque está na cara, está à vista de todos, que o Governo apadrinhou o lançamento do *Magalhães*, tendo em conta o e.escolinha, sabendo perfeitamente que iria ser aquele programa, que iria ser aquele o computador a máquina que iria dar corpo ao e.escolinha, tal como o próprio Presidente da JP Sá Couto afirmou no filme que vimos no início da nossa reunião.

Portanto, julgo que esta matéria já só não vê quem não quer. E o Sr. Engenheiro sabe que, de facto, foi assim que foi preparado. É uma estratégia duvidosa, uma estratégia que levanta as maiores dúvidas e é passível de muitas críticas.

Passo às perguntas sobre a *task force*. Já houve várias versões de como foram definidos os critérios e as especificações. Temos a carta do Ministério da Economia que nos dá a composição de uma *task force*, apontando, inclusivamente, os nomes das pessoas e que, escusando os nomes, aponta os Ministérios das Obras Públicas, da Educação e o do Trabalho.

Temos uma carta do Ministério da Educação que diz que nunca participou em tal coisa. A única coisa que fez foi, apenas, ajudar a definir os conteúdos, nem tão-pouco as especificações técnicas do *software*.

Agora, temos o Sr. Engenheiro a dizer-nos que, afinal, tudo isto foi feito com as operadoras. Em que é que ficamos? Ou foi o Ministério das Obras Públicas, com o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ou não foi com o Ministério da Educação, porque este, afinal, não participou, segundo o próprio, ou foi uma *task*

force que envolveu as operadoras para definir as especificações técnicas. Gostávamos de vir a perceber como são definidas as especificações técnicas. O Sr. Engenheiro disse-nos, aqui, que isto é pouco relevante. Compreendo que, do seu ponto de vista, isto seja pouco relevante. No entanto, tendo em conta que essas especificações técnicas vão dar origem à cobertura legal, que, depois, tardiamente, vem constituir o e.escolinha... Tardiamente, porquê? Porque é, em Fevereiro de 2009, com um contrato que retroage a Dezembro de 2008, que se dá cobertura a mais de 200 000 computadores que entretanto foram distribuídos sem qualquer contrato, sem nenhuma cobertura legal. Portanto, foram distribuídas duas centenas de milhar daqueles computadores específicos de um contrato que foi assinado depois mas que retroage precisamente para isso, para dar cobertura àquela distribuição. Em nosso entender, esta é uma pergunta pertinente: ao abrigo do quê é que distribuíram aqueles 200 000 computadores? Este é um número por alto, pois faltam-me os dados de Dezembro de 2008, não consegui saber ao certo o número de computadores distribuídos em Dezembro de 2008, mas, na soma de Setembro de 2008 a Fevereiro de 2009, excluindo Dezembro, temos aqui 193 000 máquinas distribuídas, ao abrigo de coisa nenhuma. Porquê? Porque o acordo que vem, depois, plasmar os contratos, a distribuição e, de certa forma, dar cobertura a essa distribuição, é de Fevereiro de 2009.

O Sr. Eng.º Mário Lino, aquando da outra audição, em que esteve presente o meu camarada Bruno Dias, disse — e vou tentar ser o mais fiel possível às palavras que constam da acta — «(...) o Ministério (...) Não contratou licença nenhuma, não pagou licença, não recebeu licença.» Momentos antes também diz: «As licenças não estão no Governo! O Governo não tem licenças, não contratou licenças!». Não há licenças! Portanto, foi bastante persistente na tecla do «não há licenças».

Ontem, também tivemos a possibilidade de saber (e permita-me que misture estes dois assuntos, mas julgo que eles são passíveis de serem articulados) que havia nove máquinas (aliás, coisa que o Sr. Engenheiro também acabou de referir) passíveis de cumprir aqueles requisitos.

Mas as licenças (porque há licenças, ao contrário do que disse nesta reunião; aliás, eu tenho aqui uma, temos todos), curiosamente, são assinadas entre o Ministério, que é o Ministério das Obras Públicas, que as nega, e a Microsoft. É uma «licença-chapéu», uma licença colectiva...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Já explicaram o que é isso, mas o Sr. Deputado não quer perceber!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ah, não é nenhuma licença! Isto é só o que dá cobertura a todas as licenças que estão no *Magalhães*.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não é uma licença!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ah, não é uma licença! Muito bem!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A Microsoft também dirá que não é!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — São só milhares de licenças. É uma licença colectiva que constituiu milhares de licenças.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Sr. Engenheiro poderá chamar-lhe o que quiser, mas este contrato chama-se «Contrato de licença para o Programa *Microsoft Student Innovation Suite*». Mas não é uma licença...!

O seu entendimento de licença é diferente daquele que aqui assinou! Muito bem!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Independentemente daquilo que dirá sobre se é uma licença ou não, deixe-me dizer que, para mim, é muito claro que é um conjunto de licenças, um conjunto vastíssimo de licenças, milhares de licenças, que estão viradas precisamente para o computador produzido pela JP Sá Couto. O que vem permitir claramente que o computador da JP Sá Couto compita e responda ao preço lançado pelo Ministério,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pelo Ministério?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... lançado no caderno de encargos. Ou seja, não é possível dizer-nos que existiam nove máquinas a disputar aquelas características técnicas, cujas características ainda não temos muita certeza de como foram definidas, quando o Governo já sabia, quanto a uma delas, que era ele próprio que tinha uma licença que assegurava *software* a 70 € para aquele computador.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Para aquele computador?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para aquele computador!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sabe por que é que estou a dizer que é isso?

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Deputado, estou só a usar os dados que ontem aqui nos deram. Ontem, foram-nos aqui referidas máquinas que todos conhecemos (e já vi Deputados com essas máquinas aqui) e os preços dessas mesmas máquinas, que, como todos sabemos, inclui *software* e licença de utilização de *software*, e de uma determinada marca de *software*, que também todos sabemos qual é. Portanto, o preço que ontem nos referiram aqui, na comparação do *Magalhães* com outras máquinas, incluía licenças de *software* que o *Magalhães* não incluía.

Portanto, não é uma comparação legítima...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e é um engodo para, de certa forma, tentar fazer-nos crer que existia uma escolha, quando, na verdade, o factor preço delimitava essa escolha.

Sr. Engenheiro, devo dizer-lhe que, da parte do PCP, o problema não reside aí, nessa questão peculiar, reside no facto de o Governo ter estado apostadíssimo...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — No preço baixo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... em fazer com que a Microsoft e a Intel encontrassem no mercado português o terreno fértil, apadrinhado pelo Governo e às costas das operadoras com alguns resultados, particularmente para uma das operadoras, e todos sabemos qual é, e que veio, inclusivamente, a introduzir um desequilíbrio brutal no mercado.

Sr. Engenheiro, aproveito para formular as duas últimas questões.

Os objectivos quer do e.escolinha, quer do e.escola, quer de algumas outras iniciativas do Plano Tecnológico assentavam muito no alargamento da penetração da banda larga,...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Exactamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou certo, são palavras do próprio Governo.

Não temos ainda prova de qual foi o contributo destas iniciativas específicas. Aliás, de acordo com as palavras do Sr. Secretário de Estado, tem-se apenas a ideia global da progressão da penetração da banda larga, não consegue apurar ao certo qual é a componente que vem do e. escola ou do e.escolinha, o que é natural, pois é difícil fazer essa... Só as operadoras o poderão fazer com rigor; só com a soma dos números dos operadores é que poderemos ter esse dado.

No entanto, a nota que vem das operadoras é preocupante, porque há uma parcela muito significativa dos beneficiários dos programas que desiste após o período de fidelização.

Quando conjugamos isto com o relatório, com o estudo realizado a pedido da ANACOM, que nos diz que mais de 80% (e para uma determinada fatia da população, no que toca ao e-escola, acima dos 90%) daqueles que adquiriram os computadores com ligação à banda larga já tinha computador em casa e acesso à banda larga, coloca-se-nos uma

grande questão: então, o Estado português, por definição do Governo, aceita os projectos das operadores como válidos nas contrapartidas para bem da penetração da banda larga ou, afinal, para bem do volume de negócios das próprias operadoras, da Intel e da Microsoft?! Isto porque estamos numa barreira muito ténue entre o interesse público e o interesse daquelas entidades privadas. Aliás, arriscaria a dizer que, neste momento, os dados que temos apontam para que lucraram muito mais as entidades privadas envolvidas do que o público português em geral, particularmente, tendo em conta que as opções políticas que o Governo tomou, no âmbito do e.escolinha, nomeadamente o desvio (permita-me a expressão, sem nenhum entendimento legalista) de 178 milhões de euros da acção social escolar, para fazer face ao anúncio da distribuição daqueles computadores (é uma opção política) revelam bem que o Governo teve de injectar capital, inclusivamente, nestas empresas. E se formos ver, o Governo foi, afinal de contas, um grande angariador de clientes para as operadoras e conseguiu fazer com que, na generalidade dos jovens portugueses, a linguagem falada seja Microsoft e a base de *hardware* seja Intel — e pergunto-lhe, Sr. Engenheiro, se tem noção do valor deste mercado. Isto tem um valor absolutamente incalculável, como, por exemplo, o Sr. Engenheiro só poder aprender uma língua.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, o senhor referiu que o Sr. Secretário de Estado, ontem, falou num tom que se pode entender como algo crítico relativamente ao «perdão» — assim foi chamado — à OniWay.

Ora, Sr. Deputado, as perguntas sobre o entendimento do Sr. Secretário de Estado o senhor deveria fazê-las ao Sr. Secretário de Estado e não a mim. O que estou aqui a dar-lhe é a minha opinião.

O Governo, na altura, teve o seguinte problema para resolver: havia um concorrente que tinha ganho uma licença, que tinha pago a caução para ter essa licença, que apresentou razões para desistir da referida licença. O Governo, na altura, fez o que devia: o Dr. Carlos Tavares pediu um parecer à ANACOM sobre essa matéria. A ANACOM fez um parecer que os senhores têm, com certeza, onde explica que é razoável aquele pedido de desistência feito pela OniWay com as razões que dá e que, portanto, se devia aceitar o pedido e além disso devolver o dinheiro da caução. E assim foi, foi o que se fez.

Depois, o Governo decidiu que as frequências que ficavam livres não tinham novas licenças, o Governo não atribuiu mais licenças, cada um dos outros operadores tinha uma e, para essas, já estavam estabelecidas as contrapartidas. Não deu mais licença nenhuma. Do que se tratava era de pegar no espectro, dividi-lo em três partes e dar um terço a cada um. E o Governo entendeu que não era justo, não era lógico, não ia ter aceitação dizer assim «Olhe, mas o senhor agora tem de herdar as contrapartidas», nem fazia sentido, porque o outro tipo tinha contrapartidas que também implicavam fazer uma fundação. Então, isto quer dizer que, agora, tinham de fazer duas fundações?! Isso era um absurdo. Decidiu daquela maneira e, portanto, os cerca de 400 milhões desapareceram por essa via. Não tenho nenhuma crítica a fazer a esse processo, acho que foi um entendimento razoável que o Dr. Carlos Tavares procurou ver sustentado em pareceres da própria ANACOM, e parece-me bem. Nada tenho a dizer em relação a essa matéria.

Depois, Sr. Deputado, torno a insistir no seguinte: o Programa e.escola e o programa e.escolinha, são todos da iniciativa do Governo —

todos! —, como foi sempre dito e assumido em cerimónias públicas onde eu estive, onde esteve o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro da Educação. Sempre foi assumido! A ideia do Programa e.escola é nossa, nós trabalhámos com as operadoras para elas aderirem à concretização do Programa e.escola ou a alguns aspectos da concretização do Programa e.escola, para usar o tal dinheiro das contrapartidas, mas o programa é nosso. Porém, o facto de o programa ser nosso não quer dizer que, na concretização desse programa, tenha de ser tudo da responsabilidade do Governo. Por exemplo, comprar computadores com determinadas características técnicas que o Governo acordou com as operadoras, encontrá-los no mercado, trazê-los, fazer contratos com os paizinhos dos meninos ou com os professores e fazer lá chegar o computador — isto era uma responsabilidade das operadoras e o Governo, através da Fundação, monitorizava, porque era preciso saber se os computadores iam para as pessoas que tinham direito a esse benefício, se eram crianças da acção social escolar, se andavam a estudar na escola tal ou tal. Para isso tinha de haver um sistema de credenciação, que começava na escola, etc., e o Governo tinha de acompanhar, mas não era o Governo que tinha de comprar os computadores.

Depois, Sr. Deputado, quanto à questão da *task force*, nunca tive nenhuma reunião da *task force*, porque, como calculará, está longe das minhas preocupações andar agora a participar em reuniões...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas eu não disse que foi o Sr. Ministro. Disse o Ministério!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ouça, estou a dizer-lhe, não sei.

O que é natural, quando é preciso fazer um documento e definir umas características técnicas de um computador — isto também já tinha

sido feito para o e.escola e o e.escolinha não tinha nada de novo —, é reunir uns técnicos, que, normalmente, percebem dessas coisas, que estão nos gabinetes dos ministros, nas empresas, etc., que falam uns com os outros, com os operadores... Admito, foi essa a informação que deram, que nessas reuniões tenha participado gente do Ministério da Educação, gente do Ministério do Trabalho, gente do Ministério das Obras Públicas, certamente, represento-os eu — isto é tudo natural, o que interessava era...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eles dizem que não!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eles, quem?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Ministério da Educação!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem, mas quer que eu, agora, lhe responda por que é que o Ministério da Educação diz que não? Não sei! Estou a dizer-lhe que acho natural que tenham participado essas pessoas, mas se participaram todos ou não, não sei. Sei é que havia que definir umas características técnicas e, do lado do Governo, do lado do Estado, foram estas. Depois, o Estado tinha de discutir com as operadoras, mas isto é outra questão. Portanto, Sr. Deputado, não baralhe as coisas, e não estou a dizer-lhe isto de uma forma ofensiva, pelo seguinte: uma coisa é dizer-se como é que, do lado do Estado... O Estado, quando vai discutir com as operadoras não vai sem ideia nenhuma, tem de ter alguma ideia sobre o que as características técnicas devem ser. Como é que lá chegou? Não sei se foi com uma *task force*, se foi numas reuniões em que juntaram os técnicos que, com a experiência que já tinham, fizeram uma listagem. Depois, vão discutir com os operadores e os operadores têm outras opiniões e corrigem ou não concordam, ou concordam, não sei. Sei que, às tantas, diz-se: «Está

bem. Acertámos. Está estabilizada. É esta a lista das características técnicas. Então, estamos disponíveis para assinar, porque estamos de acordo».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sem dúvida!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Foi isso que fizeram, assinaram! Passou a ser da responsabilidade das duas partes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Engenheiro, não temos dúvida nenhuma quanto a isso. O que lhe pergunto é se acha natural...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Agora, se, naquela lista, oito características são indicadas pelos operadores, sete são indicadas... Não sei! Para mim, é irrelevante.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas acha natural que se indique que as características técnicas foram definidas por um conjunto de entidades e as próprias entidades — algumas — neguem ter participado nesse processo?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado está a falar em «algumas», no plural, e só me referiu que o Ministério da Educação é que disse que não. Não sei se o Ministério da Educação disse isso, se não disse...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — As operadoras também não definiram, não é?!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Tanto definiram que assinaram, que concordaram.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Assinam aquilo que o Estado lança como base de trabalho.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não, não. Aquilo não é um caderno de encargos para as operadoras, Sr. Deputado, aquilo é um acordo do Estado com as operadoras.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas aqui não estão as operadoras.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É um acordo do Estado com as operadoras que aprova aquele papel. Aquilo não é um concurso em que as operadoras estão a responder a um caderno de encargos do Estado. O Estado não mandou para as operadoras um caderno de encargos a perguntar quem estava de acordo. Não! Discutiu com elas e aprovou com elas aquelas características, como, aliás, já tinha feito com o e.escola.

E torno a dizer que aquelas características não têm nada de especial. Os Srs. Deputados não encontram ali, naquelas características, nenhuma característica em relação à qual digam assim: «Mas que coisa suspeita. Por que é que esta característica aparece aqui? Que raio!». Não! É tudo normalíssimo! E há muitos computadores que tinham aquelas características.

Depois, temos o problema do preço. É evidente que nós estabelecemos um preço abaixo do de qualquer dos computadores que havia no mercado, incluindo o da JP Sá Couto. Foi abaixo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas também sabiam que tinham uma licença que permitia fazer isso!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado! Deixe-me esclarecer... Então, vou já... Tenho aqui esse problema da licença.

Repare, Sr. Deputado: o que o Governo fez foi estabelecer um acordo com a Microsoft para que para qualquer computador que fosse utilizado no Programa e.escola ou no Programa e.escolinha, não era para o *Magalhães*, as licenças fossem mais baratas. Ou seja, as licenças do computador *Magalhães* que se vende no mercado não estão abrangidas. Nem do *Magalhães*, nem da *Toshiba*, nem nada! Mas as licenças do *Toshiba*, do *Fujitsu*, do *Magalhães* que são do Programa e.escola ou do e.escolinha estão abrangidas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o preço que nos disseram aqui, ontem, para justificar que só o *Magalhães* estava à altura, incluía, nas outras máquinas, as licenças OEM originais. Percebe, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado. As outras marcas...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vamos lá a ver. Não sou propriamente um ignorante no que toca às questões da informática e, portanto, o Sr. Deputado escusa de estar para ali a atirar umas «bocas» que ninguém percebe.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, deixe-me explicar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Imagine que a Toshiba dizia assim: «Vou a esta. Vou cobrir o preço». Tinha de produzir 100 000 ou 50 000, os que fosse vender, e, para esses, ia à Microsoft e tinha as licenças mais baratas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem, aceitamos isso. Só não aceitamos é que usem os preços sem ter em conta essa questão, porque o preço que, ontem, nos foi aqui dito, por exemplo, para outras máquinas, era o preço de venda ao público numa casa qualquer, está a perceber, Sr. Engenheiro?! E não é justo estar a enganar as pessoas.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ouça, e o *Magalhães* a 285 também é com as licenças ao preço normal.

O que estou a dizer é que esse «programa-chapéu», como o Sr. Deputado lhe chamou, e acho que é um nome, enfim, aceitável, porque a ideia é essa, é um acordo de enquadramento em que o Estado diz assim: «Aos fornecedores de equipamento que forem comprar licenças a vocês, porque eles é que vão comprar, para uns computadores que são para este programa, vocês, a estes, vão fazer um preço barato». E eles disseram que sim, que faziam.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Permita-me só precisar: a licença é atribuída ao Ministério e é sublicenciada aos OEM — são os termos aqui utilizados e isto tem alguma importância.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim, Sr. Deputado, mas compreenda o que estou a dizer. Isso foi um «acordo-chapéu» para permitir que as várias marcas que quisessem concorrer ao Programas e.escola ou e.escolinha pudessem fazer preços mais competitivos, tendo, só para esse efeito, licenças mais baratas. Não foi só para o *Magalhães*, todos beneficiaram, porque isso também se aplicou ao e.escola. Portanto, Sr. Deputado, não é verdade.

Depois, o Sr. Deputado, já da outra vez...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, peço desculpa, mas não estamos a falar, provavelmente, do mesmo contrato. Este é, de facto, um contrato de licenças, também «chapéu», que estabelece claramente que o OEM-TPI a que nos estamos a referir é a JP Sá Couto. Refere! Se quiser, tenho aqui o contrato de licença para o Programa *Student Innovation Suite*...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro! Eles estavam a concorrer. Se calhar, se os outros tivessem concorrido, também tinham uma coisa igual, não era?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Engenheiro, permita-me só que lhe diga que este contrato é para o e.escolinha, não é para todos, e diz o seguinte: «(...) Entidade de Execução: (...) JP Sá Couto (...) Entidade de Apoio: (...) JP Sá Couto (...) Entidade OEM-TPI: (...) JP Sá Couto (...)». A questão é que esta é uma licença que pode ser utilizada exclusivamente por um OEM.

E diz mais, dando algumas informações também preocupantes! Diz que, se o OEM não cumprir a sua parte, quer a parte correspondente à *assemblage*, quer a parte da manutenção, é o Estado que tem de o

assegurar, de forma incondicional e irrevogável, o que demonstra bem que o Estado apadrinhou uma licença para máquinas produzidas pela JP Sá Couto e não a apadrinhou, da mesma forma, para as outras.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Porque não houve nenhuma outra a produzir, Sr. Deputado! O Sr. Deputado começa por dizer que não houve nenhuma outra e, depois, quer que o Estado tenha apadrinhado uma coisa que não existiu. O Sr. Deputado conhece alguma outra marca que, para o e.escolinha, tivesse apresentado proposta que cumprisse preço, características técnicas e prazo? Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há marcas que se queixaram de não ter conseguido...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O preço. Não quiseram baixar o preço.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não sei se foi o preço.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas foi, já lhe explicaram que foi, porque as características são as mesmas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E tinham acesso a esta licença?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro que sim, como tiveram no e.escola, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Curiosamente, só apareceu para o *Magalhães*.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, como tiveram no e.escola.

Mas, agora, Sr. Deputado, outra questão. O Sr. Deputado ou, melhor, o seu colega e camarada já me tinha posto esta questão, que recebi com grande perturbação: saber se eu tinha feito as contas e quanto é que os operadores ou os fornecedores de equipamento tinham ganho com este programa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nós já fizemos algumas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pois, acredito. Até lhe respondi... Portanto, os senhores, quando defendem que se deve, sei lá, aumentar a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, têm de fazer as contas a quanto é que as sapatarias vão ganhar, porque vão vender mais sapatos, as lojas de tecidos, porque vão vender mais batas, os livreiros, porque vão vender mais livros, os tipos dos lápis, porque vão vender mais lápis e os leiteiros, porque há mais criancinhas a beber leite...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — As operadoras vão aumentar os seus lucros em 4000%.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, não fiz essas contas, nem tenho de fazer e acho que é absurdo. A mim, o que me interessa é que houve 1,3 milhões de portugueses, famílias, que passaram a ter um computador, uma grande parte com ligações à *Internet* em banda larga, a preços muito mais baratos do que os do mercado e isto foi muito bom para o País e para as famílias. Por causa disso foi preciso vender computadores e quem vendeu os computadores ganhou.

Já ouvi dizer que, para os operadores, este negócio não foi muito bom, porque...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Depende dos operadores!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, não depende dos operadores, porque os computadores tinham os preços esmagados e, portanto, a JP Sá Couto não arranhou muito dinheiro com este programa, mas, sim, com o potencial que arranhou para vender para o estrangeiro, provavelmente, e com o nome que a marca teve, etc. Os operadores tiveram de fazer descontos sobre os valores das ligações...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foram todos sacrificados ao interesse nacional!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, o Sr. Deputado é que o está a dizer. Penso que houve uma contribuição, um assumir, da parte das operadoras,...

Ó Sr. Deputado, ninguém tenha aqui ilusões. As operadoras não faziam isso, se achassem que daí só tinham prejuízos. O Sr. Deputado nunca vai conseguir convencer nenhuma empresa, seja operadora ou o que quer que seja, a fazer um acordo, de onde, para eles, só venham prejuízos. Claro que tinha de haver alguma coisa importante, e os operadores perceberam isso.

Se este País fosse só de analfabetos e não houvesse computadores, isto era péssimo para as operadoras. Mas o Sr. Deputado entende que devo defender que o País deva ser de analfabetos, para as operadoras não venderem computadores?! Não! Penso que o País deve ter grande desenvolvimento, toda a gente deve ter computador, mesmo sabendo que, com isso, as operadoras vão vender muitos computadores. E, se eu estava a lutar pelo desenvolvimento do País, as operadoras, que vendem computadores, ou os produtores, que vendem computadores, estavam

interessados e perceberam que este programa ia antecipar a entrada no mercado de um volume muito grande de pessoas. Muitas famílias iam passar a relacionar-se com o computador, com a *Internet*, através dos filhos, depois, os próprios pais também aderiam, assim como os amigos, isto iria provocar uma «onda» grande e este iria ser o seu benefício, ou seja, eles tinham de encarar a sua participação neste programa não como uma coisa que lhes dava lucro, mas como um investimento. Foi isso que eles fizeram e nós tivemos de lhes mostrar que era legítimo que nós o fizéssemos, porque eles também iriam beneficiar. Claro que o País iria beneficiar muito, mas eles, que têm de vender o produto que faz com que o País progrida, que é, neste caso, o computador e a ligação à *Internet*... Alguém tem de vender os computadores e alguém cobra o serviço da ligação à *Internet*. Se todo o País tiver um grande desenvolvimento nesta área, alguém vai ganhar dinheiro com essa actividade. Mas isto é assim com tudo: se houver mais estradas, se houver mais escolas, se houver mais hospitais. Se houver melhores cuidados de saúde, vendem-se mais remédios, as empresas de medicamentos vendem mais remédios... Mas, Sr. Deputado, é assim que o progresso se faz.

Portanto, aquilo com que me preocupei foi com 1,3 milhões de famílias com computadores.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os fins justificam os meios!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é «os fins justificam os meios»! Até me admira, um pouco, permita-me esta pequena piada, esse comentário vir da sua parte, porque se há partido muito ligado a esse objectivo, de os fins justificarem os meios, não é o Partido Socialista. Mas não quero entrar por aí, percebi o que o Sr. Deputado quis dizer e explico-lhe. Nesta matéria, nós não seguimos o princípio...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

Risos.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Essa foi boa!

Nós não seguimos esse princípio, de os fins justificarem os meios, porque os fins justificam alguns meios que sejam aceitáveis e nós não usámos nenhum meio que não fosse aceitável. Não há nenhuma...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É isso que nós precisamos de saber!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas é isso que se tem estado a demonstrar, Sr. Deputado!

Não criámos características específicas para o *Magalhães*, não comprámos computadores, foram as operadoras que os compraram, tratámos tudo com uma Fundação, que tem órgãos próprios, estão publicados, tem auditorias externas, está sujeita ao visto do Tribunal de Contas, como, aliás, se está a verificar — foi feita uma auditoria, não sei se já tem ou não resultados —, etc. Procurámos fazer isto com transparência! É verdade que o fizemos num curto espaço de tempo, é verdade que quanto mais tempo se leva a fazer as coisas, aparentemente, mais se limpam as arestas e tudo fica muito perfeitinho. O Governo tinha a ambição de fazer as coisas bem mas rapidamente e não quis ficar mais sete anos sem dar utilização às contrapartidas. Por isso é que, neste momento, os tais 900 milhões de euros que estavam fixados em 2000 ou, melhor, em 2000, eram 1300 e, em 2003, passaram para 900, quando saiu a OniWay, que eram, supostamente, utilizáveis em 15 anos e que iam ser utilizados, como

aconteceu com uma parte significativa deste dinheiro, a dar descontos em telemóveis...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não sabe isso!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não sabe isso! Poderia ser noutros programas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Os que foram, foram estes, foi dar descontos em telemóveis, que era o que estava nas propostas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas era o que estava nas propostas, Srs. Deputados. A proposta não obrigava a que fosse assim, mas permitia que fosse assim. Nós pegámos numa parte significativa desse dinheiro, quase metade, cerca de 400 milhões de euros, e colocámo-la num programa conjunto, em que o País ganhou muito, as famílias ganharam muito e os operadores também tiraram benefício, a prazo, deste desenvolvimento da sociedade da informação, em Portugal. Acho, pois, que foi uma boa operação.

Portanto, usámos os meios para atingir rapidamente os fins e procurámos que esses meios fossem os meios adequados, que tivessem a transparência necessária e suficiente, e é isso que estamos aqui a explicar aos Srs. Deputados. Não há...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o fim era o de garantir que as famílias que já tinham computador tivessem mais um?!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado, era para que, quem não tivesse, passasse...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas 80% já tinha!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado! Ouça! Quando começámos este programa, o nosso País tinha esta característica: o número de computadores por lar estava muito abaixo do da União Europeia, tínhamos poucos computadores, mas, naquela fatia que já tinha computador em casa, tínhamos mais do que a média europeia de ligações à *Internet*. Ou seja, quem tinha computador, ligava à *Internet*, mais do que na Europa, o nosso problema era o de serem poucos aqueles que tinham computadores. Portanto, tivemos de fazer uma grande pressão ao nível do computador e também da ligação à banda larga.

O Sr. Deputado diz-me que a informação que existe é a de que não há continuação de contratos, no caso do...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não! No e.escolinha, praticamente, não há adesão a contratos de comunicação,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... mas, no e.escola,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Há desistências.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... há uma fatia muito significativa de desistências. Só temos esta quantificação...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Certo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e esta quantificação, permita-me só que precise, foi aqui dita...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu sei, eu ouvi, eu ouvi.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Certo. E a definição de «significativa» significa muito acima dos outros programas comuns de venda.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Vou dar-lhe várias explicações para isso. O facto de a Vodafone dizer assim «Eu, dos contratos que tinha...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas eu também sei de muitas justificações para isso, quero é saber qual é o interesse público!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas estou a explicar-lhe.

Primeiro, a Vodafone diz assim «Eu tinha aqui uma série de contratos em que, ao fim dos anos de fidelização, o tipo já não quis continuar». Está bem! Mas isto não significa que não tenha continuado com a Optimus ou com a TMN, que não tenha mudado. Não sei se o Sr. Deputado já mudou, mas há muita gente que muda. Pode ter mudado e, assim, não houve nenhuma perda.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Houve, Sr. Engenheiro, porque, entretanto, conseguiu um computador por 150 € — é o benefício —, com a obrigatoriedade de estar um ano; ao fim de um ano desliga-se...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Desliga-se, não! Continua ligado com outro.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito bem, mas conseguiu um computador por 150 €, subsidiado pelo Estado.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Foi subsidiado pelo operador.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Foi pelo operador, com quem ele fez o contrato de fidelização, não foi pelo Estado! O Estado não pôs mais dinheiro, por eles terem desistido!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Pois podia. E, Sr. Deputado, lá tenho de responder, porque há outra solução:...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Deputado Jorge Costa, o programa não é o e.professor.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... podia não ter sido aplicado em nada!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — O e.professor é que previa isso!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Um momento.

Sr. Deputado Jorge Costa, podia não ter sido aplicado em nada, que foi o que os senhores fizeram, mas aplicámos numa coisa boa. Podia ter sido noutra. Está bem, podia ter sido noutra...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Sr. Engenheiro é que o está a dizer!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Estou a dizer que foi.

Problema da fidelização/desistência, era a primeira explicação.

Segunda explicação: estas pessoas... Repare: estamos a falar de estudantes, que vivem com os pais, que, se calhar, não tinham, eles próprios, ligação e que, depois, passaram a ter uma ligação maior, com um *router* em casa.

Por exemplo, Sr. Deputado, em minha casa, tenho uma ligação à *Internet* e tenho um *router*. Os meus netos, quando vão a minha casa, levam os computadores deles e ligam-nos, porque têm *wireless* lá em casa. A minha neta tem o *Magalhães*, mas os outros, que já são mais matulões, já têm 17 e 18 anos, usam os computadores deles. Ora, se eles compraram, entretanto, os pais também fizeram uma ligação lá em casa e, portanto, não precisavam de ter duas ligações na mesma casa, podiam desistir. Isto não quer dizer...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O que isto traduz é que há, de facto, uma penetração da ligação à *Internet* em todos os lares, que este programa

estimulou e que teve, depois, uma evolução normal, para outras modalidades.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Engenheiro, ou não nos estamos a fazer entender ou, então, está a dar-me toda a razão. Quando me diz que as pessoas desistem do contrato... Se, supostamente, este programa servia para aumentar...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não desistem, não, trocam por outro, por uma alternativa melhor!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, o Sr. Engenheiro não pode garantir isso.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ai posso, porque a penetração da banda larga, em Portugal, aumentou brutalmente. Foi porque alguém se ligou, não é?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem, não pode é relacionar isso com o e.escola, não sabe o grau de relacionamento disso com o e.escola.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não posso, de uma forma científica...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não pode, não é quantificável.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não está quantificável, ainda,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois não, por enquanto não é possível.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — ... mas há uma coisa que sei: até o programa aparecer, evoluiu de uma maneira, depois de o programa aparecer, evoluiu de outra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ó Sr. Engenheiro, acha que essa comparação é legítima?!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — É verdade!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, a 3G é lançada em 2005, a banda larga começa a ser lançada em 2005...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, todos os operadores dizem que o efeito deste programa no aumento da...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e o Sr. Engenheiro está a dizer-me que, antes, não existia?! Pois não! O produto não estava propriamente disponível no mercado.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, é evidente que este programa teve um impacto brutal na penetração da banda larga no nosso País.

Portanto, Sr. Deputado, julgo que respondi às questões que me colocou.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Engenheiro.

Srs. Deputados, terminámos a primeira ronda de perguntas, já sei que há vários Srs. Deputados que não querem intervir na segunda ronda, mas o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares não prescinde.

Peço, portanto, que sejam muito rápidos, agora, nesta segunda ronda, sem prejuízo de perguntarem o que entenderem perguntar.

Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Tivemos aqui, no fundo, o renascer do discurso nacionalista bacoco, que já tínhamos ouvido na edição anterior, que é um discurso de humores, porque, na prática, tivemos vários fornecedores de computadores a queixarem-se de que, no Programa e.escola, não foram contemplados inicialmente, apenas as multinacionais o foram.

Já agora, também não é coerente com a própria realidade actual, porque vemos que o que resultou com o e.escolinha foi que apenas um produtor nacional produziu o computador. Era inevitável?! Era o único?! Teríamos de recorrer necessariamente ao estrangeiro para ter alternativas?! Não! Foi-nos dito aqui, a própria Inforlândia nos disse, que, inclusive, chegou a pensar em produzir o computador, e, se tivesse tido mais tempo, tê-lo-ia feito. Assim, percebemos que não era inevitável que fosse a JP Sá Couto.

Portanto, esse discurso de justificação nacionalista de uma opção governamental não me parece, de todo, baseado na realidade mas, sim, na fuga de quando se não tem justificação.

Vou formular duas perguntas concretas e directas.

O Ministério das Obras Públicas convidou o *Chairman* da Intel para estar cá no dia 30 de Junho de 2008. Ele esteve cá na iniciativa de apresentação do *Magalhães*, a convite — refiro novamente — do Ministério das Obras Públicas, e disse que «era muito bom que Portugal

distribuísse 500 000 computadores *Magalhães* pela escolas». Estas foram as palavras dele. Pergunto: como é que o *Chairman* da Intel vem, a convite do Governo, a uma iniciativa promovida para apresentação de um computador privado, dizer que está cá para ajudar a apresentar a iniciativa *Magalhães*, que irá levar 500 000 computadores *Magalhães* às escolas no ano lectivo seguinte?

Como é possível, porque isto não ficou esclarecido em toda a audição, que a JP Sá Couto, no dia da apresentação do *Magalhães* e da assinatura do acordo de princípios para a criação do Programa e.escolinha, altura em que ainda nenhuma característica (repito, nenhuma característica) havia sido definida, venha dizer que o *Magalhães* era para o e.escolinha e o e.escolinha era para o *Magalhães* e que quem quisesse poderia comprar o *Magalhães* através do e.escolinha, com determinados patamares de preço? Saberá, por isso, de antemão, que o *Magalhães* iria cumprir os requisitos para o e.escolinha?

Se estas informações são importantes, realço que não são isoladas, porque a realidade confirmou que quem produziu computadores para o e.escolinha foi, apenas e só, a JP Sá Couto e o único computador distribuído foi, apenas e só, o *Magalhães*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, torno a dizer-lhe que a Intel veio cá. Houve um acordo com o Sr. Presidente da Intel, que estava em trânsito por vários países, segundo me lembro, para que ele viesse cá, porque estava ligado ao processo do *Magalhães* com a JP Sá Couto, dado que iria haver uma cerimónia da JP Sá Couto para apresentar o

computador. Ele este cá — e esteve muito bem — e nós também estivemos nessa cerimónia a apoiar essa ligação.

É evidente que, quando a JP Sá Couto se abalança a fazer um projecto para desenvolver um computador com características que, no seu entender, são adequadas a um mercado de 500 000 crianças, diz que o seu objectivo é atingir essas 500 000 crianças.

Se for perguntar aos fornecedores daqueles nove computadores que o Sr. Secretário de Estado ontem trouxe: «Vocês tinham esse computador para vender a quem?», eles iriam dizer que o seu mercado eram as 500 000 crianças, porque esses computadores eram adequados para elas. E qualquer outro fornecedor diria o mesmo, Sr. Deputado. Em qualquer actividade é assim. Se for perguntar a qualquer fábrica de sapatos, que faz sapatos para crianças de três anos, qual é a expectativa dela, ela dirá que é vender sapatos a crianças de três anos, por isso é que fazem sapatos para crianças de três anos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A todas as crianças!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente... Não...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A todas as crianças, sem qualquer concorrência! Era essa a expectativa e conseguiram-no!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A JP Sá Couto fez um computador que, do seu ponto de vista, estava correcto, como se viu, era para idades dos 5 aos 10 anos, com aquelas características

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente! Fez esse computador que, tal como outros computadores que havia no mercado, estava dirigido a esse mesmo sector do mercado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E foi o convidado do Governo que anunciou que esse computador teria um volume de vendas de 500 000 computadores,...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ele não anunciou coisa nenhuma, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... completamente monopolista no nosso país.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Como é que ele anunciou que tinha um volume de vendas?! Disse que o seu público-alvo era de 500 000...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ele disse — e, se quiser, passo o filme outra vez — que seriam distribuídos 500 000 computadores *Magalhães* nas escolas. Foi o que ele disse!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não, Sr. Deputado! O Sr. Deputado não pode ler as coisas com uma ideia preconcebida, porque eles não faziam a mínima ideia se iriam vender 500 000... Sabiam lá quantas crianças iriam aderir! Ninguém sabia quantas iriam aderir, quantas não iriam aderir! Quantas é que estavam disponíveis para pagar 50 € pelo computador, ou 25 €, ou...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O filme foi «montado» pelo BE!

O Sr. Eng. **Mário Lino**: — Portanto, Sr. Deputado, torno a dizer-lhe que, no dia em que anunciámos o Programa e escolinha e quando definimos as características, não havia um mas nove computadores que satisfaziam essas características. Repito: é um facto objectivo! Pode ver característica a característica.

Quantos computadores havia com um disco de tanto? Quantos havia com uma memória RAM de tanto? Quantos havia com uma placa gráfica tal? Só no país, havia nove computadores, que o Sr. Secretário de Estado ontem trouxe cá, com estas características técnicas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Só o Governo é que os encontrou, porque os operadores não os conseguiram encontrar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não encontraram por causa do preço! Os operadores explicaram isso! Por causa do preço!

Repito a minha pergunta: o Sr. Deputado acha que eu deveria ter posto 300 €, para ver se mais operadores apareciam? O País ganhava com isto?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Deveria ter feito concurso público!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E o senhor a dar-lhe! Mas quem é que falhou o concurso público?!

Mas, Sr. Deputado, com ou sem concurso público...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Poderiam aparecer outros!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Então, sem concurso público, também teriam aparecido!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi o que aconteceu agora, apareceram quatro.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, essa conversa...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — São quatro agora! Este concurso público não tem quatro concorrentes?!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sim. Tem quatro concorrentes! E então?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Tem quatro concorrentes, mas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Deputado, já falou nisso há bocado. Não é 1 milhão de euros, é dividido por três concursos, pelos três que tiveram concurso!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está na acta do Grupo de Trabalho.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa e Sr. Deputado Luís Gonelha, vamos ouvir...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Deputado, leia as actas do Grupo de Trabalho UMTS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos ouvir as respostas do Sr. Eng.º Mário Lino.

O Sr. Eng. **Mário Lino**: — Sr. Deputado Jorge Costa, também no e.escolinha apareceram mais! Apareceu a Prológica e a... Houve dois fornecedores.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não. Houve o mesmo computador, fornecido por dois distribuidores.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está bem! Mas eu estou a responder ao Sr. Deputado,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Houve o mesmo computador.

O Sr. Eng. **Mário Lino**: — ... que diz que agora apareceram quatro. Quatro quê?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O da Inforlândia é um computador próprio. Foi-nos indicado que a Inforlândia tem um computador próprio.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Agora apareceram...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Agora, desculpe!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Os quatro computadores próprios?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Cinco empresas a concurso, com três computadores próprios.

O Sr. Eng. **Mário Lino**: — Sim, senhor. Claro! Claro! Mas, ao fim deste tempo e desta experiência, é natural! Mas antes não apareceram! E, se calhar, se fizermos um concurso daqui a dois anos aparecem sete! Acha que agora não se deve fazer o concurso?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E, em resposta aos operadores, houve quem...

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É só para precisar uma coisa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado Hélder Amaral...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não há volta a dar, o Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, já terminou?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Eu já.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É só para precisar uma coisa:...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... houve fabricantes que disseram que faziam,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... que era possível fazer.

O Sr. **Presidente**: — Eu tinha a esperança de que não fizéssemos todos a segunda ronda, mas, pelos vistos, é de perder a esperança.

O Sr. Deputado Hélder Amaral vai ter oportunidade de falar na segunda ronda.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, mas eu não quero. Eu só gostava de...

O Sr. **Presidente**: — Eu só lembro aos Srs. Deputados que é...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Prescinde da segunda ronda?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, sim.

O Sr. Engenheiro disse-nos que ninguém podia fabricar, eu digo que os operadores disseram-nos aqui que, nas consultas que fizeram ao mercado, houve alguns fabricantes que disseram que faziam, não faziam era naquele tempo, precisavam de, pelo menos, 15 dias. Os 15 dias que alguém teve e que eles não tiveram! É tão simples quanto isto! Houve quem tivesse tido antes esses 15 dias para fazer e houve quem não os tivesse tido! Era possível fazer, porque houve operadores que disseram que sim. O que aconteceu foi que alguém teve 15 dias antes a informação que mais ninguém teve.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Provem isso!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso está provado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não podemos continuar a reunião nestes termos.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O Sr. Deputado Hélder Amaral, ontem, ouviu, até à exaustão, que este problema não é de 15 dias. Os computadores foram distribuídos durante meses. O Programa e.escola, durante seis meses, Sr. Computador...

Risos.

Até já lhe chamo computador.

Ó Sr. Deputado Hélder Amaral, durante seis meses...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, eu até sei que sou de uma raça recente, mas ainda não chego à sofisticação dos computadores. Ainda não dá!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E não fui eu que lhe defini as características!

Risos.

Sr. Deputado Hélder Amaral, compreenda isto: para o Programa e.escola, durante seis meses, só apareceram dois computadores. Foi um modelo da *Toshiba* e outro da *Fujitsu*. Depois, apareceram mais.

Portanto, se era uma questão de 15 dias, nos primeiros 15 dias não apareciam, mas apareciam a seguir aos 15 dias. Eles foram distribuídos em Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril. Portanto, essa coisa dos 15 dias...

Não apareceram, Sr. Deputado, porque não quiseram, não estiveram para esmagar os preços. Acharam que aquela não era uma boa jogada. Fizeram a sua avaliação, na minha opinião, errada, e a JP Sá Couto tirou partido disso. E ainda bem! Ainda bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estiveram na SIC, no dia 30, a dizer que iam fazer computadores *Magalhães* para o e.escolinha, só esteve um fabricante.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não! Mas não tinham de fazer computadores *Magalhães* para o e.escolinha, tinham de fazer computadores que respeitassem aquelas especificações.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Que ainda não existiam, mas que a JP Sá Couto já conhecia.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Mas os outros computadores também já estavam no mercado!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Engenheiro já respondeu à questão, julgo eu.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Claro que já respondi!

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado, mas, a seu pedido, a pedido do futuro líder parlamentar do PSD, e desejando-lhe, de imediato, se for eleito, as maiores felicidades, abduco do uso da palavra.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — A essa pergunta não posso responder!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — O Sr. Engenheiro não pode responder, porque não vota!

O Sr. **Presidente**: — É uma grande gentileza, mas suponho que seja para eu pagar mais tarde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, também não temos mais nenhuma questão a colocar. No entanto, não quero deixar de lembrar que, naquela cerimónia de 30 de Julho, quando V. Ex.^a, na altura Ministro das Obras Públicas, assina o papel tem o *Magalhães* ao lado e, na parede do fundo do palco, tem a inscrição *Magalhães, Magalhães, Magalhães*, como vimos aqui.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E bem!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Pronto! E bem, na sua opinião.

Podem-se arranjar todas explicações para isto, mas o facto é que houve uma empresa que teve acesso a informação privilegiada, que lhe permitiu, depois, desenvolver um computador que mais ninguém conseguiu entregar.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Havia um igual, Sr. Deputado!

i

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mário Lino, quer responder a isto?

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Quero.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, a JP Sá Couto fez um computador que respondia às especificações e havia mais oito computadores que também satisfaziam.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas não era igual!

O Sr. Eng. **Mário Lino**: — Pois, não era igual ao *Magalhães*!

A Sr.ª **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Algum tinha de ganhar, não era, Sr.ª Deputada. A senhora queria que fosse: todos podem ganhar, menos este! Era isto?! Não consigo perceber!

Então, há oito computadores, há um que satisfaz a condição preço, mais nenhum.

Não vale a perna distorcer a realidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tentarei ser breve, Sr. Presidente.

Quando, há pouco, coloquei as questões, o Sr. Eng.º Mário Lino, de facto, referiu-se a algumas, embora não tenha sanado as contradições que evidenciei. E o que é facto é que, quando lemos a acta da reunião em que o PCP estava representado pelo meu camarada Bruno Dias — nessa reunião eu não estive, portanto remeto-me à acta —, vimos estas informações do Sr. Eng.º Mário Lino: «O Ministério e os operadores acordaram e assinaram um documento (...)», e, mais à frente, «(...) o Ministério da Educação, (...) definiu, inclusivamente, (...) o *software* mínimo (...)»....

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Exactamente! Não foram as características técnicas!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Está escrito no protocolo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim. Deixe-me só terminar.

Como eu dizia: «(...) o Ministério da Educação, (...) definiu, inclusivamente, (...) o *software* mínimo que deveria haver naqueles computadores para os estudantes da primária (...)\», portanto do 1.º ciclo do básico. A carta que recebemos do Ministério da Educação diz, porém, que nunca participou nesta eventual *task force* e, mais adiante: «Tal como também houve oportunidade de referir, o Ministério da Educação definiu e seleccionou apenas os conteúdos educativos digitais a incluir no computador e não a definição e/ou as características do *software* em causa».

Ora, isto é uma contradição que nos parece absolutamente evidente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não há *task force*!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, a não ser que não haja *task force* e tudo isto assente numa coisa mística, que nunca existiu. Mas também é uma contradição.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Deputado Miguel Tiago, se me permitir, só um segundo...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não tenho de permitir. O Sr. Presidente é quem está a dirigir os trabalhos, mas julgo que, no meio da minha intervenção, é pouco oportuno.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — A respeito dessa sua pergunta, gostava de fazer uma precisão.

Se me permite, Sr. Presidente, também recebemos outra carta do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento a dizer:...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu vou citá-la, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — ...«Esta *task force* prestou contributo sobretudo em 2007 e tem no Ministério da Educação o Prof. Carlos Pinto Ferreira».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu ia referir precisamente essa outra carta.

O Sr. **Presidente**: — É a nota como ponto focal do Ministério da Educação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estamos perante três dados contraditórios: o Ministério da Educação que diz que não participa; o Ministério da Economia que diz que há uma equipa constituída por três Ministérios, e refere quais são; e o Sr. Engenheiro que diz «até as operadoras...».

Portanto, era isto tudo e mais as operadoras.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Não é tudo ao mesmo tempo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ah! Não é tudo ao mesmo tempo!

Portanto, a *task force* reunia por painéis! Era uma *task force* que reunia por painéis, não tinha plenário, era só comissões especializadas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pronto, eu julgo que é demasiado evidente que há aqui alguma coisa que importa perceber.

Vamos lá a ver. A questão não está em saber quem é que foi à reunião e quem não foi; a questão está em perceber como, quando e a propósito de quê é que as definições e as características técnicas são estas, quer do ponto de vista do *hardware*, quer do ponto de vista do *software*, porque a folha que nos distribuíram ontem só tinha as características do *hardware*. O que lá está exclui a outra parte.

A outra questão que quero colocar...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Engenheiro, não é preciso haver interrupção, porque vou ser muito breve.

A outra questão que quero colocar-lhe prende-se com as suas outras declarações, em que diz, repetida e insistentemente, o seguinte: «estou a dizer-lhe que não há nenhuma licença», isto numa resposta ao Sr. Deputado Hélder Amaral, «o Governo não tem licenças». Disse-o aqui.

Ó Sr. Engenheiro, vou pedir-lhe desculpa, mas o contrato que tenho na mão, ao qual podemos chamar «contrato-chapéu», mas é um contrato...

Aliás, é um contrato que tem as milhares ramificações necessárias para chegar a todos os computadores (e é disto que estamos a falar), é uma licença colectiva, como a que qualquer empresa tem, só que esta, em vez de ser de uma empresa, é do Estado português, é ele que assina e contrata, através do Ministério das Obras Públicas, uma licença da Microsoft para todas as máquinas da JP Sá Couto que sejam distribuídas. E, neste contrato de licença, inclusivamente, o Estado não só o assinou, o que contradiz, claramente, as suas declarações, quando diz que o Estado não tem licença nenhuma, não assinou licença nenhuma, aliás, «não contratou licença nenhuma», é a expressão usada (e, curiosamente, isto até se chama «contrato de licença», o que contradiz quer uma licença quer um contrato), como atribui responsabilidades ao Estado.

Portanto, isto não é só uma compra de uma licença. A Microsoft, com o acordo do Estado, naturalmente, estabeleceu aqui uma cláusula muito clara, que diz: caso a JP Sá Couto falhe, quer seja na produção do computador quer seja na manutenção e assistência técnica, o Estado português assume os custos de forma incondicional e irrevogável.

Portanto, Sr. Engenheiro, não me diga que não há licenças ou, pelo menos, altere, refine o discurso, como refinou, agora, para os 500 000 estudantes. Esse «coelho que tirou da cartola» foi brilhante: aquilo estava lá, porque era o âmbito de um negócio que a empresa tencionava fazer! Mas num convite que é assinado pelo Governo!

De facto, à medida que vamos aprofundando a discussão, vamos todos refinando os argumentos, mas alguns vão-se tornando cada vez mais frágeis, ao invés de se tornarem mais convincentes.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Eng.º Mário Lino, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, no documento assinado pelo Ministério das Obras Públicas, pelo Ministério da Educação, pela Sonaecom, pela ZON, pela Vodafone e pela TMN, o Sr. Deputado tem o chamado protocolo, que o Ministério da Educação também assinou, que tem um anexo que diz «lista anexa a que se refere o n.º 1 do ponto *b* — Programas informáticos definidos pelo Ministério da Educação». Este documento está assinado pelo Ministério da Educação; portanto, é dito pelo Ministério da Educação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, é o Ministério da Educação que está a dar informações falsas!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, essas conclusões são suas! Eu estou a referir-me ao que eu disse. Nessa parte — e o Sr. Deputado leu a *acta* —, eu não disse que as características técnicas foram definidas pelo Ministério da Educação; eu disse que os programas informáticos, os conteúdos, foram (e isto está cá), para o sistema operativo *Windows*, sistema de segurança e acessórios, uma quantidade de programas informáticos e aplicações e conteúdos educativos e, para o sistema operativo *Caixa Mágica*, a mesma coisa.

Mais: o Ministério da Educação também está na base de ter havido dois sistemas operativos: *Caixa Mágica* e *Windows*. Também foi o Ministério da Educação.

Agora, se era um disco de não sei quantos *megabytes* ou *gigabytes*, isto já não foi o Ministério da Educação; características técnicas não foram, mas estas foram.

O Ministério da Educação definiu. Houve pessoas destes Ministérios (do Trabalho, da Educação, etc.) que estiveram envolvidas na discussão e que foram produzindo e convergindo para estas listas, que, depois, os

operadores aceitaram. Os operadores também subscrevem o documento, também o tomam como deles! Não é um caderno de encargos imposto: não é toma lá.... Não! Portanto, está claro!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, só para precisar aqui uma questão.

A Sr.^a Professora Maria de Lurdes Rodrigues, quando aqui veio, disse à Comissão de Inquérito que duas das direcções-gerais do Ministério da Educação tinham sido chamadas a participar neste processo.

O que é verdadeiramente estranho, não deixo de o sublinhar, é que, a instâncias da Comissão de Inquérito, o Ministério da Educação, por ele próprio, não tenha, ainda, conseguido informar a Comissão de Inquérito sobre quem é que, no Ministério da Educação, trabalhou neste processo! Já aconteceu, por parte do Ministério da Economia, que, de resto, ontem recebemos informação por outros Ministérios. Agora, que o Ministério da Educação, obviamente, colaborou no processo, julgo que isto é evidente.

Porém, é espantoso que o próprio Ministério da Educação não consiga informar — a instâncias várias — a Comissão de Inquérito sobre quem é que participou, sendo que a ex-Ministra da Educação disse, preto no branco, aqui, na Comissão de Inquérito, que foram chamadas duas das direcções-gerais a participar neste processo.

O Sr. Eng.^o **Mário Lino**: — Sr. Presidente, confirma o que estou a dizer: há um protocolo em que o Ministério da Educação é uma parte, que assina e subscreve, com os operadores, com o Ministério das Obras Públicas — isto está aqui, especificamente, até se refere «programas informáticos indicados pelo Ministério da Educação».

Depois, Sr. Deputado, voltamos ao problema das licenças.

Os Srs. Deputados não podem é evoluir nas perguntas e, depois, irem buscar as respostas.

Da outra vez, era afirmado pelo Sr. Deputado Bruno Dias que o Ministério das Obras Públicas tinha comprado licenças e que tinha ficado com as licenças em nome do Ministério das Obras Públicas. Ora, o Ministério das Obras Públicas não comprou licença nenhuma! Não há um pagamento de uma licença!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, se comprou, teve de pagar! Ou, então, se não pagou, está lá, na conta da Microsoft, está a dever e teria de haver uma factura da Microsoft ao Ministério das Obras Públicas... Não há, Sr. Deputado!

O Ministério das Obras Públicas não comprou nenhuma licença! Repito, não comprou nenhuma licença!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só terá de pagar, se o OEM falhar!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, não foi facturado pela Microsoft em nenhuma licença! Portanto, eu digo: isso é falso!

Agora, o senhor evolui: «Ah! Mas há aqui um «acordo-chapéu»! Há, sim, senhor! E, neste «acordo-chapéu», o Ministério das Obras Públicas aparece como parte deste «acordo-chapéu», dizendo: os fornecedores de equipamento que, para o Programa e.escola ou e.escolinha, conforme o caso, porque houve mais do que um desses acordos, for utilizar *software* da Microsoft, farão um desconto especial, que é para eles terem um preço

mais barato para este programa, ou fornecerão nestas condições assim, assim. Muito bem, isto consta.

Mas o Ministério das Obras Públicas não comprou, não é detentor de nenhuma licença, não é proprietário de nenhuma licença, não está a dever, nem pagou, nem foi facturado pela Microsoft sobre nenhuma licença, Sr. Deputado! Pronto!

O Sr. Deputado compreende que isto foi uma coisa bem feita...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É verdade que não pagou, porque as pessoas pagaram...

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Por exemplo, o Sr. Deputado está numa função de responsabilidade, se estiver no governo, e tem a possibilidade de, junto da Microsoft, dizer assim: «Meus amigos, vamos aqui entender-nos! O nosso Governo tem aqui um programa de grande importância, que é massificar a utilização do computador no acesso à banda larga. Nós queremos ter aqui um programa para as escolas, uma coisa dirigida a este mercado, e queremos saber qual é a contribuição que vocês podem dar para isto. Vocês têm de fazer aqui um preço especial aos compradores do equipamento...» — não é ao Ministério — «... para este programa»...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não! Engana-se!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — E eles dizem: «Fazemos, sim senhor!» E fizeram!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É ao Ministério que sublicencia... São os termos do contrato.

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, pois é a maneira...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — São os termos do contrato!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, esta é a essência do problema. Foi isto que nós discutimos. Quem vai usar as licenças, que antes pagava a 10 € e agora paga a 5 € — vamos supor que seja assim, porque não sei quais foram os preços. Mas, em vez de pagar um preço, passa a pagar outro menor. Esta é a essência do problema! E eles disseram: «sim, senhor, concordamos, assinamos o protocolo. Como é que isso se faz?» Então, é assim: «o Ministério das Obras Públicas é quem requisita as licenças e, depois, manda-as para lá e eles, depois, pagam e são facturados». Mas estes já são os procedimentos, Sr. Deputado Tem de perceber qual é a essência do problema.

O Ministério das Obras Públicas não foi comprar licenças nenhuma, nem andou a vender licenças a ninguém! Arranjou maneira de terceiros, que estavam envolvidos nos Programas e.escola e e.escolinha, obterem licenças mais baratas...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Angariou clientes para a Microsoft!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Ó Sr. Deputado, se quer pôr assim, angariou. Angariou, angariou!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — O senhor prefere que as criancinhas e os estudantes não tenham computadores, mas o senhor não arranja clientes para...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E disse à Microsoft, mais, ainda: se não encontrar ou se um dos produtores falhar, o Estado assume os custos dessa falha!

O Sr. Eng.º **Mário Lino**: — Sr. Deputado, eu já percebi que com o Sr. Deputado morrem todos, mas ninguém há-de ter computador, porque, senão, os operadores vão ganhar dinheiro! Isto é espantoso! É um raciocínio, desculpe lá, Sr. Deputado...!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há várias maneiras de fazer as coisas!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Foram 500 000, mas não foi só para a Microsoft!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Até lhe digo que há programas bem sucedidos de distribuição de computadores que não meteram nem a Intel nem a Microsoft. Curioso, parece impossível! Mas não meterem a Microsoft, nem a Intel neste contrato!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, Srs. Deputados, terminamos a audição e, com ela, os nossos trabalhos de hoje.

Quero agradecer a colaboração do Sr. Eng.º Mário Lino à Comissão de Inquérito, uma vez mais, e aos Srs. Deputados.

Até logo, à noite, às 21 horas, hora a que começamos a última audição desta Comissão de Inquérito.

Está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 32 minutos.